UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

Monografia submetida à Banca de Graduação como requisito para obtenção do diploma de Comunicação Social – Jornalismo.

Marcelo Dantas Corrêa De Sá

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva

Rio de Janeiro

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Corrêa de Sá, Marcelo Dantas. **As ondas de protestos em 2011 e o 'Ocupa Rio'**. Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Projeto Experimental (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a monografia **As ondas de protestos em 2011 e o 'Ocupa Rio'** elaborada por Marcelo Dantas Corrêa de Sá.

Monografia examinada:
Rio de Janeiro, no dia 09/07/2012

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Cristiane Costa
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Muniz Sodré
Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2012

Corrêa de Sá, Marcelo Dantas. **As ondas de protestos em 2011 e o 'Ocupa Rio'**. Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Projeto Experimental (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo).

RESUMO

Inúmeros protestos e grandes mobilizações sociais marcaram o ano de 2011. No Oriente Médio e em países do norte da África, a "Primavera Árabe" - como assim ficou conhecida a série de movimentos deflagrados na região - trouxe a queda de governantes autoritários que se mantinham há muitos anos no poder. No Ocidente, tivemos ondas de protestos como as desenvolvidas na Espanha e os *Occupy's*, que, a partir de *Wall Street*, espalharam-se pelo mundo, fazendo com que milhares de pessoas montassem acampamentos em praças públicas, como forma de manifestar-se contra aspectos do modelo capitalista. Algumas características são comuns entre essas manifestações, como, por exemplo, o uso intensivo das mídias sociais, o protagonismo da juventude e a internacionalização das ações. Esta monografia tenta entender essas características, assim como outros aspectos sócio-culturais que potencialmente influíram nesses processos. Para isso, desenvolve-se através de três movimentos. O primeiro dispõe de uma breve reflexão sobre as crises por que passa o capitalismo: tanto uma crise moral, sistêmica, sobre a qual propriamente se constrói nosso modelo econômico; quanto uma crise conjuntural, financeira, espalhada a partir de 2008 pelo mundo. O segundo tenta traçar uma análise sobre esses movimentos globais, em que se tenta descrever algumas das principais características da Primavera Árabe, das manifestações espanholas que deram origem ao 15-M e do *Occupy Wall Street*. Por fim, o último movimento deste trabalho consiste numa descrição e reflexão aproximada sobre o 'Ocupa Rio' que foi expressão carioca do movimento dos *Occupy's*, que se manteve por cerca de um mês e meio na Praça da Cinelândia, centro do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1

2 UMA CULTURA DE CRISES 6

2.1 Cultura: Compartilhamento e transformação 6

2.2 Olhando para o próprio umbigo: o Outro necessário 7

2.3 Uma crise de perto: o Outro em contradição 9

2.4 Um modelo em crise 12

3 2011: CHEGOU-SE A FALAR EM 68 17

3.1 A Primavera Árabe 17

3.2 Os protestos na Espanha e o 15-M 20

3.3 O Occupy Wall Street 26

4 O OCUPA RIO 30

4.1 Espaço e infraestrutura 30

4.2 Organização 33

4.2.1 “Somos todos lideres” 33

4.2.2 Os grupos de trabalho 35

4.2.3 Os espaços de decisão 36

4.2.4 Organização na rede 37

4.3 Os dias no Ocupa Rio 38

4.4 O Outro de perto 43

4.5 O Fim do Ocupa Rio 47

5 CONCLUSÃO 49

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 53

1. INTRODUÇÃO

Por quanto tempo e com que qualidade se sustentará a memória de 2011 como o ano em que as pessoas tomaram as ruas de diversos países em protesto, derrubando governos a partir do norte da África ou permanecendo por meses acampados em Wall Street? Chegou-se a falar em 68. Mas falou-se tão pouco. Por outro lado, nunca se falou tanto assim.

Um resquício se ouviu pelas mídias de massa tradicionais. Porém, um volume colossal de informações foram e ainda são trocadas na grande rede sobre os eventos desenvolvidos em 2011, fazendo com que, mesmo havendo pouquíssima cobertura dos grandes meios, nunca se tenha 'comunicado' tanto sobre movimentos de protesto. Nesse sentido, é válido ressaltar a sobre importância das redes sociais durante os processos.

Aliás, em relação à pergunta que foi posta no primeiro parágrafo, é provável que a análise futura dessa memória específica revelará, em alguma proporção, à respectiva capacidade que a própria Internet tem de construir memória, pois nunca uma onda de protestos assim ampla esteve tão intrinsecamente vinculada a determinada tecnologia.

O uso intensivo da Internet foi, inclusive, o principal aspecto que tornou possível aproximarmos movimentos tão distintos como a Primavera Árabe e os *Ocuppys* (além do fato de terem se desenvolvido no mesmo ano, é claro). Se no primeiro exemplo, as ações eram dirigidas à derrubada e, propriamente, substituição dos regimes políticos em que se inseriam, nos movimentos desenvolvidos no Ocidente, os protestos tinham o objetivo apenas de expor insatisfação a aspectos do modelo capitalista, não subvertê-lo, assim como buscar alterações pontuais em determinadas medidas tomadas por seus governos.

Como veremos adiante, outras práticas e características compartilhadas por esses processos também os fazem se aproximar. O que é importante adiantar, entretanto, e que talvez seja a principal relação entre a Primavera Árabe e os *Occupys*, é que a proporção alcançada pela primeira fez tocar o imaginário coletivo global quanto à possibilidade de se buscar por transformação, e que isso foi fundamental para se desenvolverem os protestos e acampamentos no ocidente.

Se o uso da Internet foi uma prática unanime entre as manifestações, também o foi a ciência de que não se deveria restringir os protestos ao ambiente virtual. Era necessário ir às ruas e tentar fazer diferente do que marchar em grupo sob palavras de ordem. Em 2011, centenas de acampamentos se espalharam pelo mundo, tanto em metrópoles como em cidades menores, tanto em Nova Iorque como em Nova Friburgo, sob o intento ou o pretexto de 'protestar'. Porém, a que se protestou?

A razão primeira de que se diz ter originado o acampamento no parque Zuccotti (Nova Iorque), principal referência dos *Ocuppys*, foi desenvolver uma crítica ao capitalismo financeiro. Mas o fato é que nem todos que passaram pelo acampamento lá estiveram sob as mesmas motivações, sobretudo pela heterogeneidade na composição do corpo de manifestantes.

Como veremos adiante neste trabalho, essa onda de protestos não se constitui, por exemplo, por uma categoria profissional com unidade reivindicativa ou de uma luta unificada de minorias por reconhecimento ou direitos constitucionais. Tratou-se de um corpo complexo que tentou, em suas possibilidades, articular interesses comuns ou não, buscando determinada unidade ao mesmo tempo em que se queria fazer reconhecido como plural. E, dessa maneira plural, desenvolver suas ações sem necessariamente mirar um objetivo.

Assim também podemos dizer dos acampamentos ao redor do mundo, que, heterogêneos internamente e entre si, foram frutos de uma pluralidade de objetivos e motivações que os levaria por caminhos específicos. Alguns acampamentos tiveram grande expressão, mobilizando milhares de pessoas ou estendendo suas atividades durante meses, como foi o caso do *Ocuppy* Londres que teve sua acampada encerrada após quatro meses de protestos. Outros, pouco se desenvolveram ou conseguiram realizar algo para além de esboçar a própria experiência do protesto, como o Ocupa Niterói que não conseguiu sequer completar uma semana de atividades.

Grosso modo, podemos dizer que assim temos apontadas as principais características dos movimentos emergidos no ano de 2011, no ocidente capitalista. São elas o uso intensivo da Internet, em especial das redes sociais; o caráter global e local dessas manifestações que, emergindo numa espécie de chamamento internacional viabilizado pela tecnologia informática, acaba por se expressar localmente nos acampamentos; uma

complexa formação do corpo de manifestantes; e a ausência de um objeto específico razão dos protestos.

O principal objetivo deste trabalho é entender essas características, suas razões e consequências. Para isso, antes de uma breve descrição sobre as principais ondas de protesto desenvolvidas em 2011, este texto partirá de uma reflexão sobre as crises em que se situa o capitalismo: tanto uma crise moral, sistêmica, sobre a qual propriamente se constrói nosso modelo econômico; quanto uma crise 'conjuntural', financeira, espalhada a partir de 2008 pelo mundo e que ainda estende seus efeitos à população de diversos países.

A crise moral a que me refiro é senão a própria prerrogativa do capitalismo que, para se desenvolver, faz necessário haver desigualdade. É, pois, o regime da competição, não da cooperação. Assim, prevê seu 'equilíbrio' no cálculo em que se uns ganham, outros, em mesma proporção, irão perder. Uma empresa, por exemplo, não quer compartilhar mercado com outras que ofereçam produtos ou serviços semelhantes. O objetivo óbvio é que se expanda ao máximo seu alcance, diante da retração ou fim de outras empresas que atuem na mesma área. Logo, as 'utopias' dos projetos capitalistas contam com o insucesso do Outro.

Porém, ainda menos sadia do que essa relação entre agentes capitalistas é a relação estabelecida entre estes, detentores de meios de produção, e trabalhadores, que dispõe apenas da venda de sua força de trabalho para terem renda. Como assinala Karl Marx, o capitalismo é sequência de uma tradição de relações de trabalho baseada na exploração do homem pelo homem. Dos regimes de escravidão à servidão camponesa durante o feudalismo, o modelo capitalista pouco trouxe de novo ao fato de permanecerem sendo tão poucos os beneficiados ante a exploração do trabalho de muitos. E, mesmo que existam pequenas variações quanto à sua composição, ainda nos deparamos com um traçado de pirâmide social tão estreita em seu topo quanto larga em sua base, o que prova permanecermos num modelo em que a riqueza de uns depende da pobreza de muitos.

Em 2008, a economia dos EUA se depara e alastra outra espécie de crise. Agora não a crise moral a que nos referimos, mas uma falha supostamente imprevista na sua matemática de reprodução do capital que levou à falência ou quebra de inúmeros agentes financeiros norte americanos.

Também conhecida como crise do ‘sub-prime’, o evento foi desencadeado pela ampla concessão de crédito a alto risco para a compra de moradias a clientes que, como garantia, deixavam as próprias casas objetos do financiamento. Como o mercado imobiliário entrou em crise em meados de 2007, os preços dos imóveis caíram, reduzindo as garantias de pagamento dos empréstimos. Com medo, os bancos dificultaram o crédito e isso fez cair o número de compradores de imóveis, agravando ainda mais a crise no setor. Além disso, essas instituições financeiras transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e venderam a outras instituições, que também acabaram sofrendo perdas. Alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos anunciaram prejuízos bilionários, como o Citigroup e o Merril Lynch, que perderam quase US$ 10 bi cada um no 4º trimestre de 2008.

A crise, é claro, não se restringiu ao setor financeiro e imobiliário, tampouco só aos EUA, já que toda a economia mundial se encontra em relação. E, inclusive pelo fato dos EUA ser o maior mercado consumidor global, seus efeitos foram ainda mais sentidos em todo o mundo, provocando retração econômica e picos no índice de desemprego de diversos países. Vale lembrar que os efeitos mais drásticos da crise do sub-prime não incidiram sobre os grandes agentes financeiros responsáveis por causá-la – que logo seriam acudidos por seus governos -, mas, sobretudo, sobre aqueles historicamente mais vulneráveis dentro de uma economia de mercado, ou seja, os trabalhadores.

Diante desse cenário de crise e da ineficiência dos Estados em lidar com as questões mais agudas que atingiam direto os trabalhadores, uma série de movimentos e protestos - sobretudo na Europa, que se deparava com marcas inéditas de desemprego - foram deflagrados a partir de 2008. Alguns, inclusive, gerando paisagens de violência como verificado na Grécia em maio de 2010.

É desse contexto de protestos desenvolvidos a partir de 2008, da força simbólica de transformação trazida pela Primavera Árabe e das possibilidades inéditas de comunicação global trazidas pela Internet, que emergem, pelo mundo, os movimentos de ocupação de 2011, objeto de estudo deste trabalho.

Porém, como dito anteriormente, não é possível entender esses movimentos se apenas lançarmos as vistas para seu caráter global, como uma onda mundial de protestos viabilizada pela alta possibilidade de comunicação característica da Internet. Os

acampados foram às ruas, expressaram-se localmente e tiveram de se relacionar de corpo físico entre si. Acampamentos chegaram a durar meses, sendo de grande relevância entender, de perto, alguns aspectos dessa convivência desenvolvida pelos manifestantes. Talvez seja justamente essa possibilidade de uma outra convivência o principal mérito vislumbrado pelos *Occupys*.

Para esse 'entendimento de perto', um capítulo inteiro do presente trabalho se dedica a descrever e refletir, numa espécie de reportagem em profundidade, sobre a experiência carioca que ficou conhecida como o *Ocupa Rio*. Tendo durado aproximadamente um mês e meio, a acampada se desenvolveu no Largo da Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, onde manifestantes se organizaram e ergueram, ali, a extensão carioca das ocupações iniciadas em Wall Street.

Na condição de participante observador, pude propriamente vivenciar a experiência do Ocupa Rio. E, até pelo fato de provavelmente não haver outro texto com tamanho detalhamento sobre este objeto, é importante o registro que se segue já que trata de uma experiência que, se não alcançou grandes proporções políticas da maneira que costumamos concebê-las, foi certamente significativa na medida em que proporcionou uma convivência inesperada entre seres humanos viventes em condições tão díspares, como, por exemplo, jovens universitários e moradores de rua.

Uma última colocação antes de prosseguirmos com o texto é que, apesar de algumas expressões de protesto ainda estenderem, de alguma forma, suas atividades, a presente análise se restringe ao observado até o final do próprio ano de 2011.

2. UMA CULTURA DE CRISES

2.1. Cultura: Compartilhamento e Transformação

Ainda que não se saiba razão específica para que o ocorresse, o desenvolvimento da linguagem a um determinado nível de sofisticação, alcançado em dado ponto de nosso percurso evolutivo, foi determinante para distanciar o Homo Sapiens de todas as outras espécies animais. Com a linguagem, o pensamento simbólico, que faz o homem inaugurar uma existência que transborda àquela meramente natural, instintiva, para inserir-se num universo de significações produzidas e apreendidas pela sua mente. E é nesse processo gerador de um o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural, que se dá o domínio da Cultura.

Entretanto, uma condição necessária para que se haja Cultura é que esta seja objeto de compartilhamento entre membros de um determinado grupo humano. A um homem nascido e mantido sozinho em uma ilha, por exemplo, mesmo que na possibilidade de desenvolver dinâmicas que extrapolem, de alguma maneira, o seu 'comportamento natural' - de 'bicho' - não há cultura, pois não há nenhuma espécie de compartilhamento simbólico entre indivíduos distintos.

Além deste imperativo – o de ser compartilhada –, outro aspecto definidor daquilo a que chamamos Cultura é o fato dela se manifestar sempre em movimento. A Cultura é dinâmica e, ao mesmo tempo em que se reproduz também se desenvolve. Caso contrário, repetiríamos, desde quando, as mesmas práticas, os mesmos costumes, as mesmas crenças, etc. A grande questão que se impõe é: sendo a Cultura dinâmica, como podemos, e em que medida, orientar o sentido desse movimento, tendo, diante de nós, a possibilidade de apreensão e ação consciente sobre a realidade que nos cerca? Portanto, como desenvolver a Cultura?

Nesse sentido, em *A Educação como Cultura,* Carlos Rodrigues Brandão afirma que essa capacidade de "ser sujeito da História e ser o agente criador da Cultura não são adjetivos qualificadores do homem. É o seu substantivo" (BRANDÃO. 1980: 21). Já Paulo Freire, em sua obra *A Pedagogia da Autonomia,* nos diz que é justamente nesta característica, a de dotarmos de consciência sobre nossa presença no mundo e, portanto, de

podermos nele intervir e o transformar, que nos diferenciamos das outras espécies. Segundo o autor, é o que nos faz "existirmos no mundo" em lugar de "vivermos sobre o suporte" (FREIRE. 1991: 56).

E isso implica que a História, que nosso processo sócio-cultural, não seja um 'a priori' que nos é dado de antemão, mas uma possibilidade largamente condicionada aos efeitos de nossa ação sobre a realidade social.

> [...] assim, a própria História humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em Cultura. Opera a passagem de um mundo dado ao homem para um mundo construído pelo homem. Portanto, a posição do homem no mundo não é a de inserção, de imersão, mas de oposição criadora. Este opor-se reflexiva, social e criadoramente ao mundo é o que instaura nele a própria História. (BRANDÃO. 1980: 22)

Portanto, podemos afirmar que é nessa dialética constituinte das relações entre o homem e a natureza, e dos homens entre si, numa dinâmica sistemática de apreensão e de ação transformadora, que o homem cria a Cultura e faz a História; significa-se, pois, como um ser sociocultural.

2.2 Olhando para o próprio umbigo: o *Outro* necessário

E a necessidade de que processo sociocultural se desenvolva dessa maneira – de forma dinâmica e compartilhada - não resulta apenas numa espécie de construção exterior ao indivíduo, de quando ele reconhece o mundo que o cerca. Pois também é um processo sócio cultural quando só ante o diálogo com o *outro*, através de oposições, aproximações, contextos e situações, que passamos a nos reconhecer e negociar o complexo da própria construção de nossas identidades.

É na cultura, portanto, que é também desenvolvido o processo de construção subjetiva, espaço onde o sujeito constrói e é construído. Não é possível descolarmos o indivíduo de sua socialidade. Se dispusermos de algo que pensamos o mais subjetivo possível, como os sonhos ou o pensamento, por exemplo, podemos perceber que eles se

desenvolvem sob a estrutura da Língua - em regra geral, do idioma da terra em que nascemos. Não apenas o idioma, como as diversas estruturas simbólicas desenvolvidas na cultura são presentes também a todos os processos a que se digam estritamente individuais. Nesse mesmo caminho, em *A Interpretação das Culturas,* o antropólogo Clifford Geertz chama atenção para outras três estruturas simbólicas; de acordo com o autor

> [...] no homem nem as áreas predominantes, nem os conjuntos mentais podem ser formados com precisão suficiente na ausência de orientação por parte de modelos simbólicos. Para tomar nossas decisões precisamos saber como nos sentimos a respeito das coisas; para saber como nos sentimos diante das coisas precisamos de imagens públicas dos sentimentos que apenas o ritual, a arte e o mito podem fornecer. (GEERTZ. 2008: 60)

A cultura não é, portanto, uma potência exterior ao indivíduo, mas que o permeia de tal modo que não se possam estabelecer relações de causa e efeito, a um e outro, ou graduá-los quanto externalidade ou internalidade. O mesmo se pode dizer, nesse sentido, quanto ao diálogo entre o individual e o social: são forças distintamente significadas na linguagem que, porém, devem se dinamizar como uma unidade complexa, e que permite nos situarmos em nossa própria "existência".

Assim, reconhecer-se como indivíduo impõe a clareza de reconhecer-se, também, como o Outro. Passa por reconhecer-se como parte, como todo, e, principalmente, em unidade. Idéia que Paulo Freire define nos seguintes termos: "É a 'outredade' do 'não eu', ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu". (FREIRE. 1996: 41)

A idéia que se pretende passar com o título que inaugura este tópico é que, apesar desta expressão popular – "só olha para o próprio umbigo" - ser utilizada como forma a conotar uma espécie de 'egoísmo', o umbigo é, justamente, a parte do corpo que nos é prova fundamental de que dependemos de um Outro, sem o qual sequer existiríamos. E mais, o umbigo nos atesta que, inclusive, já fomos o Outro, quando nos alimentávamos e respirávamos por vias que não as próprias, através do cordão umbilical.

2.3 Uma crise de perto: o Outro em contradição

Nossa Cultura, condicionada e condicionante do modo de produção capitalista, não deixa de por o Outro em questão. Há esse diálogo permanente, mas não no sentido defendido, que é o da interdependência, da relação que, para além de aspectos culturais e até mesmo biológicos, condiciona a existência e o reconhecimento do indivíduo, como tal, à respectiva existência e reconhecimento do Outro.

A orientação histórica do capitalismo, a partir de suas apropriações do pensamento moderno, tende a pôr o Outro no sentido de oposição ao indivíduo. O Outro se transforma no 'não-eu', aquilo que não sou, e, no fio da 'utopia' capitalista projetada pelo consumo, aquele que é pretendidamente dispensável para a minha auto realização. Mais além, é aquele a quem preciso ir contra ou ser mais para 'suceder-me' como o desejo. Assim, o capitalismo se reconhece sob o regime de competição, de concorrência, em um equilíbrio que existe quando um 'sai ganhando e o Outro sai perdendo'.

E esse aspecto permeia todas as esferas relacionais da ordem capitalista. Tanto nas relações entre os continentes, países, estados e cidades, como nas individuais, há uma narrativa que legitima grandes amplitudes de poder e que prevê a dicotomia entre exploradores e explorados, ou que sejam ricos e pobres, ou proprietários e não proprietários dos modos de produção. Logo, o espaço físico e simbólico do capitalismo não é o compartilhado, onde o indivíduo e o Outro confluem, mas sim o espaço apropriado, onde o indivíduo e o Outro se opõem.

Prova disso, é o fato de o processo de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o decorrer de sua narrativa hegemônica no processo histórico mundial, não caminha no sentido de superar suas desigualdades e contradições, mas no de agravá-las.

De acordo com o *Credit Suisse's 2011 Global Wealth Report* [1], os 0,5% mais ricos do planeta são proprietários de 38,5 % de toda a riqueza mundial; ao passo que, os dois terços mais pobres detêm uma fatia de 3,3% deste total.

---

[1] Disponível em: https://infocus.credit-suisse.com/data/_product_documents/_shop/323525/2011_global_wealth_report.pdf. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

Ou seja, mesmo havendo desenvolvimento e que, sob alguma medida, se verifique melhores condições de vida em alguns países, há um abismo cada vez maior entre pobres e ricos. O capitalismo, pois, é o regime que se propõe a concentrar, não distribuir. E isso não é um problema de conjuntura. Trata-se, justamente, deste espaço social onde o Outro deve ser posto em que questão.

Se a ciência já se dispõe a desafiar a natureza básica de micro partículas, funde o átomo, acelera o neutrino e realiza várias outras peripécias tecnológicas de que se orgulham os países desenvolvidos, ainda não damos conta de alimentarmos todos os habitantes da terra.

O progresso de que trata a narrativa capitalista não atende, portanto, a um princípio de humanização; ou seja, não é acionado sob o espírito convicto de que a existência é um processo em comunhão, no qual se deve reconhecer, em solidariedade e amplamente, o Outro. É, pois, um progresso que justifica a si mesmo ante a máxima reprodução da riqueza privada e uma 'inflação' do indivíduo.

A noção do 'privado' é alargada, de tal modo, que praticamente todas as relações possíveis no capitalismo são tangenciadas ou mesmo atravessada por ela. Inclusive as que se referem a questões das mais fundamentais, que, por assim serem, também são as que expressam as maiores contradições desse modelo. A propriedade ou não de riqueza privada determinada, por exemplo, aquele que come e aquele outro que deixa de comer.

Segundo relatório da agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação[2] (FAO), em 2010, cerca de 925 milhões de pessoas passava fome, ou seja, aproximadamente 1/7 da população mundial. O mesmo relatório, porém, demonstra que, com a força produtiva de que dispomos, seríamos capazes de alimentar, facilmente, mais de 12 bilhões de seres humanos, isto é, fornecer a cada homem, mulher e criança uma ração equivalente a 2.500 calorias diárias.

A narrativa capitalista tenta explicar essa contradição nas suas complexas dinâmicas de mercado, na sua matemática própria que não faz o menor sentido ou, muito menos, traz alívio à fome de 925 milhões de pessoas que passam fome. Hoje, por exemplo, fala-se que a demanda por biocombustíveis tende a diminuir a área agricultável destinada à produção

[2] Disponível em: https://www.fao.org.br/download/i2050e.pdf. Acessado em 25 de dezembro de 2011

de alimentos. Pois bem, é uma questão de demanda. Então quer dizer que 925 milhões de pessoas que passam fome não demandam comida?

É que a noção de demanda desenvolvida pelo mercado não tem nada que ver com o fato de existirem necessidades reais que precisam ser supridas. Demanda, para a lógica do capital, só é constituída se, junto ao desejo, não a necessidade, real ou não, for verificado poder de compra por parte dos demandantes. Em outras palavras, só há demanda se junto à possibilidade de lucro àquele que irá compor a oferta. 'Consumidores' formam demanda, não seres humanos.

Essa é a lei econômica do capital, lei em que o Outro e tudo quanto o resto são tidos como em função do enriquecimento do indivíduo capitalista, ou seja, são meios para o lucro. O lucro, por sua vez, é a própria expansão da propriedade privada, e a propriedade, essa inflação do indivíduo capitalista. Porém, a 'propriedade' tem como resultado imediato a 'não propriedade'. Logo, eu só consigo expandir o meu 'eu' em função da contração do Outro. Assim, voltamos ao ponto em que a relação entre o indivíduo e o Outro é posta na razão de uma oposição. Nesse sentido que transformamos a Natureza em 'recursos naturais', trabalhadores em 'recursos humanos' e cidadãos em consumidores.

Aqui, a referência a Marx torna-se interessante pela maneira como o autor aborda a relação homem/natureza, sobre a qual desenvolve o conceito de *trabalho*. Para o filósofo, o trabalho é a forma humana de agir objetivamente sobre a natureza. Constitui uma atividade essencial, a qual um homem jamais poderá deixar de realizar, independentemente da forma social em que viva. Assim escreve em *O Capital:*

> [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição eterna da vida humana e, portanto independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comuns a todas as suas formas sociais. (MARX. 1985: 153)

Para além do que foi dito, ainda segundo Marx, é através do trabalho que o homem produz sua própria humanização. Ele não deixa de ser natureza, mas torna-se humano na medida em que transforma a natureza que lhe é dada em natureza humanizada. Assim, a

própria história do homem cabe nesse processo através do qual o homem transforma a sua própria natureza e se humaniza.

Porém, em nossas condições históricas, uma lógica particular se interpõe a essa relação homem/natureza, distorcendo a potência humanizadora própria do trabalho através da separação radical dos trabalhadores às suas condições objetivas de produção. Assim, a subordinação do trabalho à lógica do capital acaba por desfigurar aquele trabalhador que transforma a natureza e se reconhece nessa transformação, pois, assim, se humaniza.

Como um poeta impedido de ser o autor de seus próprios versos e feito esquecido de seu idioma, o trabalhador no modo de produção capitalista transforma a natureza não à sua maneira e em função de sua necessidade, mas de forma rigorosamente determinada e mediada pela função do enriquecer àquele que explora sua força de trabalho e não trabalha. Assim, ao invés de se humanizar, se aliena; e a natureza, ao invés de ser transformada, é destruída. O que deve ser levado em máxima conta, ainda pelo pensamento do filósofo, é que essas mediações trazidas pela lógica do capital são mediações de caráter eminentemente histórico e, portanto, historicamente removíveis.

2.4 Um modelo em crise

A crise financeira de 2008, provocada pela sede irresponsável de expansão do capital financeiro por parte de agentes especulativos norte-americanos, atingiu, em cheio, a economia real e produtiva, provocando retração do desenvolvimento econômico e graves prejuízos sociais, sobretudo àqueles que sempre estiveram mais vulneráveis dentro de uma economia de mercado, ou seja, àqueles que só dispõem da venda da força de trabalho para se inserirem na engrenagem.

Assim, observou-se, por exemplo, picos no índice de desemprego nos EUA e em algumas nações da Europa. Nesses países, de economias desenvolvidas e largamente dependentes de suas estruturas financeiras, a avalanche que se seguiu ao estouro bolha especulativa norte-americana foi sentida de maneira mais imediata e direta. O que não quer dizer, porém, que outros países em desenvolvimento não tenham sentido os efeitos e a

gravidade da crise que se deflagrou em 2008, até porque suas respectivas economias dependem, amplamente, desse capital externo.

Hoje, nos EUA, estima-se que a taxa de desemprego esteja em torno e estacionada em 8,8%, o que é um número bem elevado para os norte-americanos. Além disso, o tempo médio de desocupação do trabalhador desempregado nos EUA é, hoje, o maior desde que se começou a fazer esta medição, em 1948. O período médio de desemprego, em agosto de 2011, foi de 40,3 semanas, quase o dobro da maior média anteriormente registrada, em 1983, que foi de 21,2 semanas [3].

Junto ao crescente desemprego, mais de sete milhões de despejos entre aqueles que não conseguiram arcar com as prestações de hipoteca de seus imóveis, que aumentaram vertiginosamente num joguete especulativo para expandir, ao máximo, a reprodução do capital financeiro. Desse modo, mais uma das estranhas contradições que só não são assim percebidas pela narrativa capitalista: milhões de pessoas sem casa para morar, quando se tem milhões de casas sem ninguém morando, mas que foram apropriadas pelos grandes bancos para saldar as dívidas hipotecárias de trabalhadores norte-americanos.

E, quando da ação do governo diante do estouro da bolha imobiliária, o modelo capitalista mostrou para quem realmente funciona, fazendo cair por terra o próprio mito que inventou sobre a necessidade de mínima intervenção do Estado na economia. O congresso dos EUA logo aprovou um pacote econômico, disponibilizando 700 bilhões de dólares para resgatar os grandes grupos financeiros da crise que eles próprios, por ganância, fizeram-na desenvolver. Mas e quanto àqueles que, passados três anos do estouro da crise, ainda permanecem desempregados ou sem habitação?! Pois muitos assim permanecem.

Em texto abordando as disparidades econômicas nos EUA, Joseph Stiglitz, economista ganhador do prêmio Nobel e professor da Universidade de Columbia, assim escreve:

[3] Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/fernando-dantas/2011/09/. Acessado em 20 de setembro de 2011

> [...] trata-se de um modelo em que 1% da população controla mais de 40% da riqueza e recebe mais de 20% de toda a renda. E os que pertencem a este grupo rarefeito são frequentemente remunerados, de forma extravagante, não por terem contribuído para a sociedade, mas por que são, para dizer de forma franca, bem-sucedida (e às vezes corruptos) caçadores de rendas alheias.[4]

O desemprego também tem sido um grave problema na Europa. Ainda sob as conseqüências da crise global de 2008, e enfrentando contínuas crises locais, a economia européia encontra cada vez mais dificuldades em se reerguer. Se em alguns países, como na Alemanha, a taxa de desemprego vem caindo continuamente desde 2009, outros, como a Espanha, alcançam índices inéditos. O desemprego na nação espanhola atinge a mais de um quinto de sua população economicamente ativa, ou seja, mais de 5 milhões de pessoas que estão sem trabalho.

Dados divulgados em novembro deste ano pela Eurostat (escritório estatístico da União Europeia) revelam que a taxa de desemprego na zona do euro (na qual 17 países fazem parte) atingiu 10,3% - mais de 16 milhões de pessoas - em outubro de 2011. Na União Europeia (que engloba 27 países da Europa) esse número chegou a 23,5 milhões, o que representa 9,8% da força produtiva. E a cada mês o desemprego aumenta. Em setembro deste ano, a taxa de pessoas sem trabalho estava em 10,2% na zona do euro e de 9,7% na União Européia [5].

É emblemático que países tradicionalmente dominantes na economia capitalista estejam enfrentando crises que persistem a suas economias, que se estendem por diferentes conjunturas e trazem graves prejuízos sociais. O que sugere, naturalmente, tratar-se de um problema estrutural, em que a complexa lógica de processos e as ideologias que baseiam esse modelo político e econômico pedem a ser revistas.

E esse sentimento - de que o sistema como um todo não funciona mais - é a grande força motriz do enorme número de manifestações desenvolvidas nos últimos anos, especialmente na Europa. Dentre esses protestos, alguns chegaram a reunir centenas de

---

[4] Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/radar-global/a-globalizacao-do-protesto/. Acessado em 20 de novembro de 2011

[5] Disponível em: http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO024478.html. Acessado em 20 de novembro de 2011

milhares de pessoas às ruas, em casos que, inclusive, culminaram no confronto direto entre manifestantes e forças policiais.

Em 26 de março, houve uma manifestação em Londres contra o corte estimado em 130 bilhões de dólares nos gastos públicos, em consequência direta da crise atravessada pelo continente. À ocasião, cerca de 250 mil pessoas saíram às ruas e houve confronto direto, o que resultou na prisão de 202 manifestantes, por perturbação da ordem pública, além de 35 pessoas que saíram feridas do protesto.

No dia 4 de maio 2010, cerca de 100 mil pessoas foram às ruas da capital grega, Atenas, em protesto contra o pacote de austeridade a ser implantado pelo governo do país. Com o objetivo de reduzir o orçamento público em 30 bilhões de euros nos três anos que procederiam a sua implementação, o pacote previa, dentre outras medidas, o congelamento de salários dos funcionários públicos, o corte dos fundos de pensão e o aumento de impostos.

Se de um lado os manifestantes atiravam coquetéis *molotovs* em prédios e policiais, os policiais de Atenas, por sua vez, agiam com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Dois prédios pegaram fogo, deixando três vítimas fatais.

Antônio Negri, filósofo italiano frequentemente citado na onda de manifestações de que tratará este texto, enxerga nesses movimentos um teor político que transcende a questão econômica. Para ele, trata-se, também, de pôr em perspectiva a legitimidade de nosso modelo de representação política, como assim respondeu em entrevista ao jornal O Globo:

> Na Europa e nos Estados Unidos, onde o desemprego cresce significativamente, não vemos perspectiva de normalização da economia. E com normalização quero dizer uma situação em que os jovens possam estudar e trabalhar. A crise real de hoje toca na questão da representação política, que está muito atrasada, por assim dizer, e se constitui através de eleições cada vez mais caras, que só podem ser bancadas por ricos ou corruptos. [6]

E se podem identificar outros exemplos símiles de protestos na França, Portugal, Alemanha e até na Islândia. Nesse último país, inclusive, a pressão popular foi fundamental

[6] Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/11/12/antonio-negri-discute-protestos-populares-de-eua-europa-mundo-arabe-416165.asp. Acessado em 15 de outubro de 2011

a que se realizassem dois referendos em que a população decidiu, por maioria, que o Estado não deveria arcar com uma dívida de cerca de quatro bilhões de euros que foi contraída pelo grupo financeiro islandês IceSave, em processo de falência após a crise de 2008. O dinheiro que seria utilizado para o pagamento dessa dívida, à Holanda e ao Reino Unido, serviu para indenizar milhares de depositantes lesados pela falência do banco.

Mas é na Espanha, porém, que foi deflagrada a principal expressão dessa onda de manifestações, onde, desde maio deste ano, desenvolve-se uma série de protestos que chamam a atenção pela nova maneira como se organizam e, propriamente, protestam. De Madrid, surge o 15-M.

3. 2011: CHEGOU-SE A FALAR EM 68

3.1. A Primavera Árabe

Por mais que não se trate do objeto de estudo específico deste trabalho, lançar as vistas à série de eventos daquilo que ficou conhecido como Primavera Árabe é fundamental para entendermos algumas das características dos movimentos que, em 2011, eclodiram no Ocidente capitalista. Isso porque, além de ter se desenvolvido com determinadas práticas que retornaram na onda ocidental de protestos, a proporção alcançada pelos movimentos do mundo árabe fez tocar, sem dúvidas, o imaginário coletivo global quanto à possibilidade de se buscar por transformação.

No dia 17 de dezembro, o jovem Mohamed Bouazizi se auto imolou em frente ao prédio do governo regional de sua cidade, na Tunísia, após lhe terem confiscado um carrinho, com o qual comercializava frutas, e toda a sua mercadoria. Bouazizi tinha 26 anos, era técnico em informática e, após ficar desempregado, passou a vender frutas; porém, sem a permissão do governo. Salem e Samia Bouazizi, respectivamente mãe e irmã de Bouazizi, afirmaram que autoridades tentaram por diversas vezes extorquir dinheiro do jovem tunisiano. Também foi relatado que, no dia 17 dezembro, Mohamed foi humilhado por uma funcionária municipal, que lhe deu um tapa no rosto e lhe cuspiu. Bouazizi morreu 18 dias depois, no dia 4 de janeiro, em um hospital da cidade de Ben Aro. Cerca de 5000 pessoas acompanharam à sua procissão.

O ato desesperado deste jovem foi o estopim para que os tunisianos saíssem ás ruas, identificados na indignação ante um regime de ditadura, que, com o uso da força, se mantinha há 23 anos sob mesmo governo. Após quase um mês de protestos, o ditador Zine Albedine Ben Ali deixou o poder, num processo que deixou mais de 70 mortos.

As ações logo se espalhariam por países do Oriente médio e norte da África que também haviam sendo governados por ditaduras. Multidões saíram às ruas a cobrar por mudanças estruturais e pelo fim dos regimes políticos em que inseridas.

Esses regimes, a que se confrontam os rebeldes, foram nascidos do nacionalismo árabe entre os anos 1950 e 1970, e converteram-se, em sua maioria, em governos ditatoriais que se estenderam por décadas. E, como ditaduras, eram mantidos à força e pelo impedimento de uma oposição política efetiva.

Além da aspiração por liberdade política, uma causa imediata de muitas das revoltas do mundo árabe e do norte da África foi aquilo a que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) chamou de "tsunami silencioso". Essa 'tsunami' foi um grande aumento no preço de alimentos de primeira necessidade - uma evidente consequência da crise global por que passa o capitalismo - o que atingiu, gravemente, a população desses países.

O Egito, por exemplo, onde se deflagraram umas das maiores manifestações da Primavera Árabe, vive uma realidade em que mais de 40% de sua população tem ganho inferior a dois dólares por dia, que é a linha de pobreza definida pela ONU . Para os egípcios, de 60% a 80% por cento do orçamento familiar tem de ser destinado à alimentação, o que nos faz imaginar o estrago que essa subida no preço dos alimentos fez provocar. Aliada a isso, a subordinação a um governo de força que permanecia há 30 anos no poder.

Os egípcios tomaram as ruas no dia 25 de janeiro, e foram reprimidos com enorme violência pelas forças do governo. Em um processo que durou 18 dias, foram cerca de 900 mortos. Na Praça Tahrir, em Cairo, centenas de egípcios acamparam durante duas semanas, em protesto permanente, que só terminaria depois de anunciada a renúncia do então presidente Hosni Mubarak, no dia 11 de fevereiro. O acampamento na Praça Tahrir foi um dos grandes símbolos da Primavera Árabe, vindo a servir, também, como principal referência às ocupações que, no mesmo ano, se espalhariam pelo Ocidente.

Na Líbia, uma violenta guerra civil levou à queda do caricato coronel Muamar Kadafi. Tendo assumido o governo em 1969, Kadafi era o ditador que se mantinha há mais tempo no poder, em toda a região. Os rebeldes avançaram lentamente sobre as cidades que ainda se mantinham sob domínio do regime, tendo alcançado a capital, Trípoli, no mês de agosto de 2011. Dois meses depois, Kadafi seria capturado pelos rebeldes e executado em Sirte, sua cidade natal.

Os protestos da Primavera Árabe assumiram diversas formas, como greves, manifestações, passeatas, resistência civil e comícios. A juventude teve protagonismo em todo o processo, que, mesmo havendo determinadas organizações políticas opositoras, reunia-se, sobretudo, de maneira independente.

A Primavera Árabe também é marcada pelo uso massivo da Internet, especialmente das redes sociais como o *twitter e o facebook*. Essas ferramentas foram centrais para se articular adeptos à revolta, assim como para espalhar o movimento entre os países. Através delas, não só se organizavam as manifestações, como também se informavam às populações locais sobre os desdobramentos dos protestos, e ao mundo inteiro, que pouco tinha acesso a informações trazidas pelas mídias tradicionais.

Nesses movimentos, interessante notar como, além de infraestrutura de comunicação, o ambiente virtual também se tornou verdadeira arena de confronto entre Estado e forças revoltosas. A luta não acontecia só nas ruas e, se parte importante da possibilidade de articulação dos movimentos estava na utilização das redes sociais, uma ação previsível por parte dos governos foi tentar impedir a conexão à Internet em seus países de mando. Não obtendo resultado, esses governos passaram, inclusive, a perseguir os manifestantes pela própria rede.

Muitos confrontos ainda se desenvolvem no mudo árabe, sendo cedo para se concluir sobre as resultantes de todo o processo. A Síria, por exemplo, ainda tem sido palco de violentos conflitos. O regime de Bashar al-Assad, que já dura 11 anos, ainda se mantém pelo apoio de uma minoria constituinte da elite econômica e das forças armadas do país, mas enfrenta forte resistência por parte dos rebeldes. Assad é acusado de oprimir violentamente as manifestações populares. A ONU diz que mais de 5 mil pessoas morreram nos conflitos e acusa o regime de crimes contra a humanidade.

O último governante caído nessa grande onda de pressão popular foi Ali Abdullah Saleh, presidente do Iêmen. Meses depois de ficar gravemente ferido em um atentado contra a mesquita do palácio presidencial, Saleh assinou um acordo para deixar o poder. O vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur al-Radi, anunciou, então, um governo de reconciliação nacional, que prevê a realização de eleições presidenciais a serem realizadas num prazo de 90 dias.

É ainda impreciso o futuro do mundo árabe, e, da mesma maneira que se esperam ares de democracia e já se acompanham alguns processos eleitorais, se teme, por outro lado, que novos regimes ditatoriais possam vir a substituir os antigos. Porém, o que é inegável, é que essa onda de manifestações veio a despertar um largo sentimento, em todo o mundo, de que a história ainda está sendo feita.

Em entrevista à BBC, Eric Hobsbawm deu uma declaração que ilustra bem essa idéia. Para o historiador, que tem sua trajetória ligada a diversos processos revolucionários, a Primavera Árabe desvelou "uma grande alegria em redescobrir que ainda é possível que as pessoas saiam às ruas para se manifestar e derrubar governos" [7].

3.2. Os protestos na Espanha e o 15-M

No dia 15 de maio de 2011, por toda a Espanha, se saiu em passeata como forma de protestar às políticas econômicas implementadas pelo governo para 'conter' os efeitos da crise por que passa o país. Assim como em outros países da Europa, a estratégia do governo espanhol se baseou na equação em que se opera uma série de cortes nos gastos públicos - em setores ligados aos direitos mais fundamentais, como educação, saúde e previdência -, para viabilizar medidas de resgate econômico aos bancos e grandes grupos financeiros, ou seja, aqueles a que a sociedade reconhece como os principais sujeitos responsáveis pela própria crise.

Essas medidas estiveram contidas na chamada Lei Sinde, que, desde que começou a ser debatida em 2009, provocou enorme polêmica e resistência por parte da população espanhola. Ainda nesse ano, ativistas lançaram o Manifesto em Defesa dos Direitos Fundamentais, na Internet, e articularam um movimento de resistência à implementação de tais medidas. Apesar disso, a Lei Sinde foi aprovada e, em fevereiro do ano seguinte, entrou em vigor.

A insatisfação só aumentou, e assim também a artuculação de insatisfeitos através das redes sociais. As páginas relacionadas ao tema no *facebook*, *twitter* e fóruns virtuais

---

[7] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111231_hobsbawn_2011_1848_revolucoes_mm.shtml. Acessado em 20 de novembro de 2011

ficaram cada vez mais populares, abrindo a possibilidade de efetivas ações de protesto nas ruas. Nesse sentido, deve-se destacar a atuação de três grupos, que foram de grande importância nesta estapa de 'militância virtual'.

O primeiro deles é a plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!* que, nascida dois meses antes do 15 de maio que marcaria o início dos protestos nas ruas espanholas, trata-se de uma associação de militantes digitais que, além questionarem uma série de aspectos relacionadas a Lei Sinde, articulam um forte discurso contrário ao sistema político representativo espanhol. Um segundo grupo de relevância para o processo foi o *V de Vivienda*, um movimento de luta pela moradia que, nascido em 2005 ("por uma moradia digna"), multiplicou suas ações após o estouro da bolha imobiliária em 2008. Por último, o movimento dos "hipotecados", que é uma plataforma de ajuda recíproca às famílias e indivíduos que, por causa de hipoteca, débito bancário ou insolvência privada, foram despejados de seus locais de moradia.

Porém, não só grupos previamente organizados protagonizaram essa onda de indignação. Cidadãos comuns, cada vez mais e de forma independente, passaram a compartilhar suas insatisfações e a investir numa ação conjunta. A partir daí, percebeu-se que era hora de sair às ruas. Através das redes sociais, especialmente o *twitter*, foi articulada uma intensa campanha que, para o dia 15 de maio, convocou para a ação a cidadãos de mais de cinquenta cidades espanholas.

No dia 15, a marcha de Madrid reuniu, segundo o corpo de polícia nacional, cerca de vinte mil manifestantes. Estima-se que as manifestações desse dia foram seguidas por cento e trinta mil pessoas em toda a Espanha. Além da capital, sobressaíram-se os protestos em Barcelona, Múrcia, Granada, Málaga, Alicante e Valencia.

Constituída essencialmente por jovens, essas manifestações apresentam aspectos comuns que apontam para uma tendência na forma como se organizam. Assim, caracterizam-se por uma consciente desvinculação a qualquer partido, como também a qualquer projeto político-ideólogico previamente definido. Não que os manifestantes, individualmente, não possam dispor de uma orientação política específica ou até mesmo, em alguns casos, integrarem partidos políticos. Porém, o movimento, em sua unidade e como tal, não se define sob nenhuma dessas condições.

Outra característica fundamental desses novos movimentos é a intensa utilização da Internet e das mídias sociais, como *facebook, twitter, youtube*, etc. Além de servirem como importantes instâncias onde se compartilham interesses e insatisfações comuns – o que é condição necessária a se fazer emergir qualquer movimento social - essas ferramentas também são amplamente utilizadas na manutenção e desenvolvimento dessas iniciativas, pois se constituem como canais que, a priori, são isentos à censura ou a outros fatores que impediriam o livre fluxo de informações entre os manifestantes.

Mais adiante neste texto, serão tratados, com mais detalhamento, as características e os desdobramentos do uso desses meios pelos novos movimentos sociais. O que é pertinente adiantar, porém, é que nunca antes houve uma estrutura que permitisse, com esta amplitude e eficiência, a articulação entre indivíduos em espaços físicos tão distintos.

No caso da Espanha, por exemplo, quando da passeata que daria origem ao 15-M, lembremos que cidadãos de mais de 50 cidades espanholas saíram às ruas. E isso não ocorreu sob o comando de uma grande organização política ou social, mas pela ação individual ou de pequenas associações que, espontaneamente organizados, resolveram marchar em protesto.

As ações do dia 15 de maio ocorreram, de maneira geral, sem violência, como foi previamente acordado entre os manifestantes, que seguiriam os princípios de resistência pacífica. Em Madrid, ao final da passeata, um pequeno grupo de pessoas montou acampamento na praça principal da cidade, a *Puerta del Sol*, com o objetivo de ali permanecer até o dia seguinte, e, assim, conferir maior visibilidade à manifestação - a ação de ocupar a praça também se fazia como clara referência ao que, no início do ano, se desenvolveu na Praça Tahrir, no Egito, durante a Primavera Árabe. Essas pessoas, no entanto, foram despejadas pela polícia, à força, ainda na madrugada do dia 16 de maio.

A ação policial foi intensamente registrada por câmeras fotográficas e filmadoras portáteis, e, algumas dessas imagens capturadas, quase que instantaneamente, foram parar na Internet. Isso fez com que, em questão de horas, milhares de pessoas já estivessem debatendo o problema, não só na Espanha como em outros países, através das redes sociais (*twitter e facebook*).

Ao despejo deste início de acampamento, alguns manifestantes também reagiram com violência. Houve ataques ao mobiliário urbano e confrontos diretos com a polícia. O

tráfego da *Gran Vía*, que é uma das principais ruas de Madrid, também foi impedido por algumas horas. No dia 16 de maio, vinte e quatro pessoas foram detidas, fato que provocou a intensificação dos protestos, que passaram a exigir, agora, também a liberdade dos manifestantes levados pela polícia. Em solidariedade, milhares de pessoas foram à praça. Alguns, ali permaneceriam, dando início a um acampamento que viria a crescer e se reorganizar.

Não por acaso, esse processo ocorreu às vésperas das eleições locais e regionais, que foram realizadas no dia 22 de maio. Sobre este aspecto, podemos retomar a fala do filósofo Antônio Negri no sentido de tratar-se, em grande medida, de uma ação que também questiona o modelo de representação política, sua legitimidade, e seu desgaste num cenário de crise econômica e Institucional. Prova desse argumento, nas eleições ocorridas no dia 22 de maio, cerca de 40% da população espanhola não votou, ou votou branco ou nulo.

De Madrid, os acampamentos começaram a se espalhar por outras cidades espanholas. E, mesmo com a tentativa de dissolução dos acampamentos por parte do poder público, estes, cada vez mais, adquiriam relevância e tornavam-se importantes espaços de debate e ação política.

Embora de formação heterogênea, os manifestantes, em geral, compartilhavam uma rejeição à tradicional classe de políticos. Reivindicavam maior pluralidade de agentes populares na prática política, assim como o fim da corrupção entre membros do poder público. Os *indignados!*, como assim a imprensa os fez conhecidos, defendiam, sobretudo, o respeito por direitos básicos, como habitação, trabalho, cultura, saúde, educação e o direito a bens de primeira necessidade. Além de reivindicarem, claro, a garantia do direito à livre manifestação.

No dia 17 de maio, em Madrid, cerca de 200 manifestantes se reuniram no acampamento e, através de assembléias, decidiram por se organizar para passar mais uma noite na *Puerta del Sol*. Foram criadas comissões de limpeza, de comunicação, de materiais e uma comissão legal, para dar suporte jurídico ao protesto. Junto aos mantimentos que eram doados pelos próprios manifestantes, pequenos comerciantes locais também se dispuseram a abastecer, com comida, os ocupantes da praça. Nesse dia, outras trinta cidades espanholas também ergueram acampamentos. Segundo as autoridades, a manifestação da

Puerta del Sol concentrou cerca de quatro mil pessoas. Trezentas delas permaneceriam ao amanhecer do dia 18.

Os manifestantes de Madri ergueram toldos para que se realizassem atividades e um posto para armazenar os alimentos doados, que também veio servir como espécie de base para a Comunicação. Tendo à disposição um computador portátil, acesso à Internet e uma webcam, os acampados tanto poderiam ter acesso a informações importantes, como, principalmente, poderiam produzir e tornar públicas informações a partir do próprio acampamento, atualizadas, com facilidade, no espaço virtual.

Para esse fim, um site que foi criado para o 'protesto permanente' (http://madrid.tomalaplaza.net/) e a ampla exploração do potencial das redes sociais, através de grupos e marcadores específicos. No *twitter*, por exemplo, foi utilizada a *hashtag #Spanishrevolution* para que se referir às diversas manifestações no país. Nesses espaços, além de trocarem informações diretamente relacionadas aos protestos – como agenda de atividades, notícias e instruções necessárias para que se mantivesse o caráter pacífico das ações - os manifestantes também passaram a disponibilizar textos teóricos a que julgavam pertinentes e informações relacionadas a outras movimentações sociais.

Em entrevista publicada no site esquerda.net, o cientista político Jaime Pastor falou sobre o uso dessas novas ferramentas eletrônicas em manifestações sociais como as realizadas na Espanha. Professor da Universidade Nacional de Ensino à Distância (UNED), Pastor crê que essas manifestações em forma de acampamentos são fundadoras de um novo movimento social, em que a Internet cumpre um papel decisivo. Nesse sentido, diz tratar-se de uma

> revolução na contra-informação e na comunicação que ajuda a contrabalançar as informações e a opinião publicada nos meios de comunicação tradicionais e a difundir as suas próprias, com uma rapidez e uma economia de tempo impensáveis no passado. Permitem uma coordenação entre os ativistas muito superior à que existia até agora, a que se junta a possibilidade de um funcionamento democrático e horizontal também maior. Ajudam, finalmente, a uma passagem fácil do espaço virtual para o espaço real mediante a difusão acelerada das iniciativas de rua e das réplicas imediatas às respostas que possam ser dadas pelas autoridades.[8]

[8] Disponível em http://esquerda.net/dossier/15-m-%E2%80%93-um-acontecimento. Acessado em 17 de outubro de 2011.

Visando à permanência pacífica e segura do protesto, os manifestantes foram advertidos a não consumirem álcool ou outras drogas, nem se reunirem em grupos de mais de vinte pessoas, já que esses atos poderiam provocar uma intervenção policial com base legal. As comissões dos acampamentos também passaram a se reunir a cada dia, para tratar de aspectos de suas respectivas áreas de ação, assim com assémbleias gerais, que seriam realizadas à noite, e nas quais se decidiriam questões fundamentais e os próprios rumos a serem assumidos pelo protesto.

No dia 18 de maio, a polícia ordenou a extinção dos acampamentos em Valência, Tenerife e Las Palmas. Na expulsão da *Plaza del Carmen*, em Granada, três pessoas foram detidas. A essa, se seguiu uma série de outras investidas no sentido de dissolver os diversos acampamentos que se espalhavam em território espanhol. Porém, contrariamente ao previsto pelas autoridades espanholas, os protestos passaram a ter ainda mais força e a contar com um crescente apoio popular.

A Junta Eleitoral Central, no dia 19, emitiu um comunicado em que afirmava serem contrárias à legislação eleitoral, desde as zero horas do sábado 21 até as 24 horas do domingo 22 de maio, as manifestações de que tratava o documento, sob o argumento de que impediriam o livre exercício das atividades eleitorais que estavam previstas. E, em consequência disso, os acampamentos deveriam cessar de imediato. No mesmo dia e para os seguintes, porém, foram anunciadas concentrações que se multiplicavam por várias cidades, tendo, inclusive, se espalhado para além do território espanhol, em diversas cidades estrangeiras.

As manifestações passavam, então, a desenvolver corpo político, como também a ocupar, cada vez mais, espaços em matérias publicadas pelos grandes veículos impressos mundiais. No dia 20, começaram a ser enumeradas diversas propostas, consensuadas em assembleias e que se repetiam em diversos acampamentos. Dentre elas, a criação de assembleias populares, a necessidade de referendos para as grandes leis, o aumento do salário mínimo e a rejeição da privatização de empresas públicas.

Aos poucos, e sob diferentes pretextos, os governos locais foram desmanchando os acampamentos. Porém, mesmo desacampados, os manifestantes continuaram a realizar atividades, como assembléias em bairros, marchas por várias cidades do país e passeatas

contra decisões implementadas pelos governos. Produziram, acima de tudo, uma coesão que permite que ainda se mantenham no cenário de lutas espanhol, como um movimento – o 15M (em referência ao 15 de maio que deu início a todo o processo).

3.3 Occupy Wall Street

No mês de setembro de 2011, desenvolveu-se uma série de manifestações ao redor do mundo, em que cidadãos, jovens em sua maioria, ocuparam espaços públicos urbanos em protesto a aspectos pontuais e estruturais do modelo político-econômico dominante no Ocidente capitalista.

O principal foco expresso dessa movimentação foi em Nova Iorque, quando, em 17 de setembro, cerca de duas mil pessoas se reuniram na simbólica *Wall Street*, grande epicentro do capitalismo financeiro mundial. Desse grupo, aproximadamente 250 pessoas ali permaneceram, e ergueu-se um acampamento no Parque Zuccotti, dando vida ao que ficou conhecido como *Ocuppy Wall Street*.

À ocasião, a crítica ao capitalismo financeiro e a indignação ante as consequências de sua última grande crise - que, passados três anos, ainda se fazem sentir em grande parte da população norte-americana - formaram o amplo argumento sobre o qual se constituiu o protesto. E, sob esse amplo argumento, uma série de questões mais pontuais abordadas pelos manifestantes, individualmente ou em grupos menores, como, por exemplo, referentes ao modelo de saúde pública norte-americana, ou à prolongada permanência de soldados no Oriente médio.

E se poderia ter protestado por qualquer outra coisa, desde que alguém assim o quisesse. A principal característica do movimento de ocupação de *Wall Street* foi não dispor de uma causa direta, específica; ou seja, não houve um objeto de luta a que se tenha manifestado explicitamente a favor ou contra. Não foi um movimento classista que reivindicava melhores condições de trabalho para determinada categoria profissional, por exemplo, nem uma frente de militantes de esquerda empunhando uma alternativa política

delineada. Tratou-se, pois, de uma expressão de amplo descontentamento dirigido à estrutura e às consequências do modelo capitalista, no pico de sua dinâmica financeira.

Atribui-se o início do processo a três organizações que, sobretudo em ambiente virtual, fizeram as convocações e, primariamente, deram forma estratégica à movimentação. São eles os grupos *Adbusters*, uma organização canadense contra o consumismo, que fez a convocação inicial em meados de julho para que se ocupasse Wall Street no dia 17 de setembro; o *US Day of Rage*, uma criação da estrategista de Tecnologias da Informação, Alexa O'Brien, que também se envolveu e fez quase todo o trabalho inicial de encontros e de trocas pelo *twitter*; e o *anonymous*, grupo de 'piratas informáticos' que, com suas múltipla máscaras, fez uma grande campanha pelas redes sociais e outros sítios, espalhando mensagens e convocações.

Portanto, há destaque no papel exercido pela Internet, em especial as redes sociais, tanto para a deflagração como para o desenvolvimento das ocupações ao redor do mundo. Se, de início, o espaço virtual foi fundamental para se debater, publicizar, convocar e acionar as ocupações, em um segundo momento, com alguns acampamentos já estabelecidos, a Internet torna-se fundamental para se registrar, acompanhar, desenvolver e espalhar a manifestação para outras partes do mundo.

O Occupy Wall Street constitui-se como um movimento heterogêneo, formado por cidadãos comuns, não necessariamente politizados - no sentido mais raso do termo. E, assim como sua formação de corpo, também se constitui como um movimento de demandas heterogêneas, ou mesmo sem demandas, na medida em que a pluralidade dos sujeitos e aspectos postos em questão diluíram, de certa forma, a possibilidade reivindicativa do grupo.

Credita-se, inclusive, a esse aspecto - a ausência de uma causa pontual -, o suposto 'fracasso' da primeira manifestação em Wall Street, que conseguiu reunir duas mil pessoas quando se esperava um número dez vezes maior de manifestantes. Nesse sentido, acredita-se que organizações progressistas tradicionais, como sindicatos e grupos do movimento pacifista em geral, tenham se sentido desconfortáveis com a convocação para uma ação tão amorfa, tão sem 'demandas' e não aderiram, em peso, ao movimento.

Contudo, o protesto adquiriu relevância no cenário de lutas mundial. As ocupações logo se espalharam por todo o território norte-americano, Canadá e alguns países da

Europa. No dia 15 de Outubro houve uma nova convocação, agora, a que se ocupasse praças pelo mundo inteiro. Cerca de um mês e meio após o dia 17 de setembro, chegaram a ser mais de 1000 acampamentos em cerca de 90 países no mundo.

O movimento que teve origem em Wall Street se dispôs a problematizar a própria estrutura de desigualdade do modelo capitalista. Não que tenha se proposto a subverter a ordem de forma direta, através de uma revolução aos moldes de qualquer uma que conheçamos, mas o movimento teve o objetivo de tornar públicas algumas das grandes contradições do Capitalismo financeiro e toda a indignação ante as injustiças geradas por esse modelo, concentrador e excludente. Assim nos afirma um trecho disponibilizado em um dos sites que dá suporte ao movimento:

> As pessoas que vêm para Wall Street em 17 de setembro, vêm por várias razões, mas o que une todos elas é a oposição ao princípio que passou a dominar não só a nossa vida econômica, mas a nossa vida inteira: o lucro acima de tudo. […] O mundo não tem que ser dessa maneira. Uma sociedade de crueldade e isolamento pode ser confrontada e substituída por uma sociedade de cooperação e comunidade.[9]

A indignação dirigida a um dos pilares fundamentais do Capitalismo - a desigualdade – está contida em uma espécie de slogan que identificou o movimento: "Nós somos os 99%". Esta construção, ao mesmo tempo em que critica o modelo econômico global - que funciona, praticamente, no sentido da reprodução das riquezas de um grupo mínimo de indivíduos já enriquecidos - também conclama àqueles ainda não presentes ao protesto que se juntem a essa grande *multidão*, de 99%, esquecida ao se cumprirem as grandes promessas do Capitalismo.

Definido por Antonio Negri e Michael Hardt na obra *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*, o conceito de multidão, segundo os próprios autores, "pretende repropor o projeto político de luta de classes lançado por Marx" (p. 146). Assim, para além da tradicional classe proletária de que trata Marx, se incluem no conceito de *multidão* os múltiplos sujeitos sociais explorados economicamente ou pacientes de qualquer outra forma de opressão: operários industriais, camponeses, trabalhadores por

[9] Disponível em: http://occupywallst.org/. Acessado em 12 de dezembro de 2011

conta própria, desempregados, subempregados; assim como categorias étnicas, religiosas, culturais e de gênero compõe esse amplo espectro de que tratam Hardt e Negri.

A multidão é múltipla, é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única; é uma multiplicidade de todas as diferenças singulares (culturas, raças, etnia, etc.). Na multidão as diferenças sociais permanecem diferentes, o desafio é fazer com que essa multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantêm internamente diferentes.

Assim como os indignados da Espanha e os manifestantes da Praça Tahrir, no Egito, o principal eixo de ação dos movimentos *Occupy* era a própria ocupação do espaço público, onde os manifestantes se organizavam, realizavam atividades, promoviam atos e, principalmente tentavam dar mostra de uma nova possibilidade de convivência.

Aos poucos, os acampamentos foram sendo desmanchados, sob argumentos relativos à segurança e saúde públicas. No parque Zuccotti, ao dia 15 de novembro, foi desarmado o acampamento que deu origem a todo o processo. Os manifestantes, porém, continuaram com atividades por todo o país.

A partir do dia 6 de dezembro, foi iniciada uma nova fase do movimento. Agora, a estratégia dos manifestantes consiste em dar apoio a proprietários que resistem ao despejo de suas casas, retomadas por falta de pagamento das prestações; além de facilitar a ocupação de prédios ociosos para moradores de rua. Grupos defensores do direito à moradia anunciaram uma série de ações coordenadas em diversas das grandes cidades do país.

4. O OCUPA RIO

4.1 Espaço e infraestrutura

Do dia 22 de outubro ao dia 4 de dezembro, o Largo da Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, foi ocupado por manifestantes que, organizados previamente através das redes sociais, reuniram-se e ergueram, ali, a extensão carioca das ocupações iniciadas em *Wall Street.* A movimentação ficou conhecida como o 'Ocupa Rio'.

No primeiro dia, o acampamento foi composto por mais ou menos quarenta jovens em cerca de vinte barracas. Passadas de uma a duas semanas, quando a manifestação vivia seu momento de maior atividade, chegaram a ser cerca de 70 barracas na faixa que se estendia desde frente o Cinema Odeon até mais ou menos o restaurante Mc Donalds, por cerca de uns 70 metros. O respirador da estação de metrô da Cinelândia ocupava a parte central do acampamento, servindo como espécie de mural de concreto sobre o qual os ocupantes, além de pintarem, expunham seus cartazes com mensagens de protesto.

Assim como nos outros movimentos de ocupação deflagrados a partir de setembro, os protestos não se dirigiam a favor ou em contrariedade a uma ou outra coisa específica. Inspirados em *Wall Street*, os acampados na Praça da Cinelândia pretendiam criticar o modelo capitalista em seu amplo espectro. E isso permitia que, sob uma mesma (des)unidade de manifestação, diversos aspectos mais pontuais e conjunturais fossem postos em questão.

Os cartazes, produzidos tanto individualmente como de forma coletiva, ilustravam bem essa relação que os manifestantes estabeleciam com suas respectivas razões de manifesto. Debochava-se, por exemplo, do principal conglomerado de comunicação nacional, em cartaz onde se tinha escrito "Rede Bobo, a gente não vê por aqui". Da mesma maneira, os cartazes também criticavam o prefeito Eduardo Paes e o Governador Sérgio Cabral; cobravam melhorias nos sistemas públicos de saúde e educação; denunciavam o desmatamento, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a destruição do Xingu, etc.

Também junta ao respirador do metrô, havia uma cozinha primitiva onde os ocupantes, a princípio, preparavam parte de suas refeições. Nela, um fogão de lenha improvisado; algumas panelas, pratos e talheres; alimentos doados e água, tanto para o

consumo, como para lavar a louça que era utilizada. Essa cozinha, contudo, não durou até o fim do acampamento, e os ocupantes, a partir de dado momento, tiveram de preparar suas refeições em outro lugar que não ali.

Para o mesmo fim, no início da acampada, os manifestantes ainda contavam com a ajuda de uma ocupação de sem-teto próxima dali – a Ocupação Chiquinha Gonzaga, localizada atrás da Central do Brasil - que disponibilizava sua cozinha, mais bem estruturada, para que se preparassem os almoços que chegariam à Cinelândia.

Os alimentos provinham de doações, principalmente feitas pelos próprios ocupantes. Alguns restaurantes ao redor, a princípio, também cediam parte daquilo que seria jogado fora ao final do expediente. Sobre essa prática, porém, os responsáveis pelos estabelecimentos pediam que se mantivesse sigilo, já que se tratava de um crime previsto pelo código de vigilância. E, aqui, cabe uma breve reflexão sobre o tema.

Por mais que pareça absurdo, há certa razão no argumento legal que proíbe que se distribua a comida não consumida nos restaurantes: não há garantia que, ao final da noite, os restos acumulados durante o expediente estejam em estado próprio para o consumo, e, portanto, devem ir ao lixo. Contudo, há desdobramentos dessa prática, os quais o filtro legal instituído intenta parecerem invisíveis. Desdobramentos, inclusive, questionáveis sob ponto de vista humano. Eis o caso:

Existem muitos moradores de rua mendicantes na região. A eles, em período anterior ao Ocupa Rio, lhes era vetado o acesso a comida que sobrava dos restaurantes, que ia ao lixo. Porém, muitos desses moradores de rua pegavam, justamente, esse lixo, e o utilizavam como alimento. Assim, a dimensão prática desenvolvida por essa medida sanitária - de proibir que se distribuam os restos dos restaurantes - não impedia que esse alimento, possivelmente impróprio, fosse consumido. Mas fazia com que, quando o fosse, tivesse antes passado pelo lixo.

Não é preciso ser nenhum especialista em higiene para constatar que, passado pelo lixo, o alimento se tornaria ainda mais impróprio, aumentando os riscos de uma intoxicação, por exemplo. Porém, essa mediação criada pela legalidade, garante aos restaurantes - caso continuem jogando sua comida fora - que não se tornem de maneira alguma responsáveis caso houvesse qualquer acidente dessa natureza.

A legalidade e outras narrativas formais são essencialmente atentas aos discursos que apresentam sobre si mesmas, e não às suas resultantes desveladas no processo social. Ao observar que, mesmo jogando comida no lixo, ainda havia indivíduos que a consumiam, a legalidade deveria, ao menos, se aproximar do problema e garantir que essa comida, a partir de então, chegasse em boas condições aos moradores de rua. E isso ainda seria apenas uma menor desumanidade, quando se deveria, sobretudo, garantir, de forma 'irrelativizável', que não houvesse fome no mesmo espaço em que se desperdiça.

Era também nesses estabelecimentos comerciais próximos onde os ocupantes podiam fazer o uso de banheiros. Para o banho, alguns que possuíam residência fixa pela região disponibilizavam suas casas para outros companheiros.

Porém, à medida que muitos moradores de rua - atraídos por diversos fatores, sobretudo pela oferta de comida e de abrigo - passaram a também permanecer na acampada, a boa vontade do comércio local para com os manifestantes começou a minguar. As doações provindas dos restaurantes próximos, por exemplo, deixaram de ser uma alternativa para a acampada do Ocupa Rio, já que os comerciantes locais perceberam, prontamente, que o aumento da permanência da população de rua na região seria prejudicial aos negócios. Como veremos adiante neste texto, a relação, forçosa e voluntariamente, desenvolvida entre jovens, de maioria classe média, e a população de rua foi central aos desdobramentos da acampada.

Além das barracas, da cozinha comum e do mural improvisado sobre o respirador do metrô, ergueram-se tendas para que se realizassem atividades coletivas e para que se cumprissem outros propósitos. Em uma delas, por exemplo, disponibilizaram-se livros, roupas e outros objetos trazidos pelos manifestantes, os quais poderiam ser trocados ou simplesmente apropriados por qualquer um que assim o quisesse.

Outra tenda erguida funcionava como uma espécie de central de comunicação. Nela, de um laptop com acesso à Internet, se poderia obter e atualizar informações sobre a ocupação e outros assuntos que fossem pertinentes. Era também nesta tenda onde se tentava estabelecer contato, ao vivo, através da *webcam*, com outras ocupações como as de São Paulo e Porto Alegre. Porém, a baixa velocidade da conexão era um grave empecilho para essas transmissões.

Ainda duas outras estruturas modificavam o espaço da Praça da Cinelândia. Um cavalete, improvisado a partir de pedaços de madeira encontrados nos lixos, expunha a lista das atividades que ocorreriam a cada dia – dentre elas uma série de debates temáticos, oficinas, discussões dos grupos de trabalho, assembleias, etc. E, para que se fizesse a segurança do acampamento, uma espécie de torre também feita de madeira que permitia a vigia do espaço durante a noite.

Porém, essencialmente nas duas primeiras semanas de manifestação, a maior alteração no espaço usual, que se fazia perceber, era a própria presença na praça. Havia gente, não trânsito de gente. Era espaço, não via. E, ali, indivíduos permaneciam e realizavam atividades em comunhão com outros indivíduos; não só as previamente propostas pelo protesto, mas também as que surgiam de forma espontânea, como rodas de capoeira, conversas e rodas de música, por exemplo.

Nesse sentido, uma proposta imediatamente surgida quando dessas ocupações é a de se rever, propriamente, o que é o espaço público e quais as possibilidades de sua utilização, tanto para a expressão e lazer popular, quanto para espaço de construção de democracia. O espaço público que, por amplas razões, se tornou cada vez mais um espaço apropriado e menos identificado como o espaço comum.

4. 2. Organização

4.2.1 “Somos todos líderes”

Assim como as demais Ocupações, os manifestantes da Cinelândia tentaram se organizar de forma horizontal, sem que houvesse líderes. Esse, aliás, é um aspecto central para se entender esses novos movimentos que, apesar de não se manifestarem uniformes, possuem determinados pontos comuns. Nesse sentido, a ausência de lideranças explicitamente determinada se apresenta, mais do que como uma característica, como um princípio compartilhado entre as ocupações.

Sem representantes ou representações, todos deveriam responder com própria voz para e pelo movimento. Ou seja, assim como todos poderiam participar de igual maneira

nas decisões internas referentes ao protesto, todos os manifestantes seriam ‘vozes oficiais’ se questionados sobre o movimento, sem que, contudo, respondessem como lideranças.

Claro que, na esfera informal, surgem espécies de líderes, e por diferentes razões. Tanto a capacidade retórica de determinados indivíduos que, ao se pronunciarem nos debates e assembleias promovidos nas ocupações, se sobressaíam aos demais; quanto o voluntarismo de alguns que, de fato, absorviam maiores responsabilidades pertinentes ao protesto; são fatores que geram certo reconhecimento simbólico de indivíduos como lideranças. Porém, vale ressaltar o caráter relativamente espontâneo desses processos. Assim, evitava-se que se criassem hierarquias ou formas de intermédio que delimitassem a possibilidade de ação direta por parte de qualquer manifestante.

Esse é um princípio político espelhado, inclusive, em uma das principais críticas desenvolvidas em comum por grande parte das ocupações do ano de 2011. Assim como aqueles que protagonizaram os eventos ocorridos na Espanha, os manifestantes que se espalharam a partir de *Wall Street*, em geral, questionaram o modelo de ‘Democracia Representativa’ como modelo político efetivamente democrático. Em referência direta a este aspecto, via-se o seguinte dizer, escrito em um dos cartazes que se destacava entre os demais colados ao respirador do metrô: “Não nos representam!”.

Além de princípio, pode-se dizer que, a ausência de lideranças explícitas nessas ocupações, também foi responsável por produzir dois efeitos nas acampadas; um simbólico e outro mais diretamente relacionado à própria manutenção prática dos protestos. Sobre o aspecto simbólico, é possível relacionar a proposta de “serem todos líderes” a uma maior adesão, identificação e conforto em ‘pessoas comuns’ participarem desses movimentos - sem que seja preciso subordinar-se ou proceder segundo decisões centralizadas de ‘militantes profissionais’. Isso, sobretudo, diante de uma conjuntura de grave desconfiança sobre a prática política e os reais interesses de seus tradicionais praticantes.

Além disso, há uma motivação prática em não se produzir lideranças.
Sem essas figuras, caso o poder público julgue não procederem, de forma legal, as ações dos manifestantes, ficaria mais difícil que se impusesse fim aos protestos; já que não seria possível simplesmente ‘anular’ essa liderança e, assim, dar um golpe central ao movimento.

Além de não elegerem representantes ou líderes, esses movimentos tentam manter-se completamente desvinculados a qualquer partido ou organização política. Sobre este aspecto, ocorreu um caso interessante durante os dias do Ocupa Rio.

Em dado momento, apareceu para acampar uma senhora 'vestida de PT' de cima a baixo: camisa com foto estampada da presidente Dilma Roussef, fitas vermelhas e verde-amarelas em que se via escrito o número 13, e vários broches em referência ao Partido dos Trabalhadores. A militante também circulava pelo acampamento com uma bandeira do partido e, quando não, esta mesma bandeira ficava exposta na parte externa de sua barraca.

A princípio, manifestantes conversaram com ela sobre o caráter apartidário da movimentação, e pediram que evitasse expor qualquer referência dessa natureza. Alegando seu direito à livre manifestação, e se tratando de um espaço público, a senhora recusou-se a aceitar o pedido. A partir de então, em vezes que passava de um canto a outro com sua bandeira vermelha, era vaiada por alguns manifestantes, que nada mais poderiam fazer.

A militante, entretanto, permaneceu no acampamento e, após esse princípio de hostilidade, já não parecia mais incomodar tanto aos outros manifestantes, que cessaram com as vaias. Ela, inclusive, concordou que a bandeira ficasse guardada em sua barraca.

4.2.2. Os grupos de Trabalho

Assim como nas manifestações que procederam à acampada carioca, os manifestantes do Ocupa Rio organizaram-se em grupos de trabalho (GT's) para melhor se manterem na Cinelândia. Esses GT´s deveriam lidar com aspectos específicos, havendo, nesse sentido, os grupos de comunicação, infraestrutura, segurança, alimentação, atividades e jurídico. A cada um, a autonomia em decidir sobre questões diretamente relacionadas às suas áreas. O que não fazia se tratar, porém, de um processo que concentrasse a esses grupos o poder decisório, e qualquer manifestante, que assim o quisesse, poderia também atuar sobre essas decisões.

Ficou a cargo do GT de segurança, por exemplo, a elaboração de um esquema mínimo de segurança que evitasse a ocorrência de pequenos furtos no interior do acampamento. Para isso, foram montadas equipes que se revezariam na vigília do local;

inclusive durante a madrugada, quando grupos de três a cinco indivíduos se mantinham acordados enquanto os demais dormiam.

Além desses grupos, que mais diretamente relacionados ao funcionamento e manutenção da acampada, também havia os GT's temáticos. Esses deveriam promover debates e atividades sobre determinadas questões a que se propunham. Eram eles os GT's de saúde, educação, arte e cultura, reciclagem, ação direta, ecumênico e de teoria. Também haviao GT *queer*, que tinha como eixo temático questões referentes ao preconceito sexual; e o GT horta urbana, que tinha como objetivo melhor aproveitar os canteiros espalhados pela Cinelândia, nos quais se plantaram algumas mudas de espécies ornamentais e outras possíveis de serem consumidas como alimento.

4.2.3. Os espaços de decisão

As decisões internas, quando de caráter mais amplo, deveriam ser tomadas em Assembléias Gerais, ou nas reuniões de Grupos de Trabalho (GT's) que, formados por membros previamente voluntariados, deliberariam e decidiriam sobre aspectos específicos do acampamento. Isso não impediria, porém, que qualquer outro manifestante que assim o julgasse, viesse a participar dessas reuniões e compartilhasse, também, de igual força das decisões, que deveriam ser tomadas em forma de consenso. E não só os manifestantes que assim se reconheciam, mas também transeuntes que passavam por ali, e, de alguma maneira, sentiam-se à vontade e motivados a opinarem sobre os diversos assuntos em questão.

Durante aproximadamente os 15 primeiros dias em que se ocupou a Praça da Cinelândia, tanto pelo espaço modificado quanto pelas atividades que eram realizadas, o Ocupa Rio atraiu a atenção de muitas pessoas externas à manifestação, que se aproximavam das rodas de debate, participavam das oficinas, ou apenas permaneciam por ali. E, mesmo que se não tenha ouvido muito pelos meios tradicionais, havia sempre jornalistas na região, geralmente em duplas de repórter e fotógrafo, ou repórter e cinegrafistas.

As assembleias e as reuniões eram importantes espaços decisórios, mas também se incentivavam as iniciativas tomadas individualmente, em ação direta, sob a legitimidade de princípios como consciência e autonomia. De certo, que o grande desafio de qualquer

convivência é alinhar a autonomia e a liberdade do indivíduo às regras e às práticas coletivas. Porém, garantir o respeito à iniciativa pessoal é de grande importância para se gerar a consciência de que, por fim, todo gesto do indivíduo também é um gesto social - e, possivelmente, de transformação social. Em outras palavras, trata-se de legitimar o indivíduo como agente transformador de sua realidade coletiva.

Para facilitar o desenvolvimento das reuniões no acampamento, foi adotado um sistema de linguagem gestual utilizado em manifestações anteriores. Através de determinados símbolos, se poderia demonstrar acordo a determinada fala, desacordo, veto, necessidade de algum acréscimo ou correção pontual, e mesmo demonstrar caso julgasse ao falante estar se estendendo demais ou fugindo ao tema.

A princípio, esse sistema gestual era explicado antes de se realizarem as assembléias gerais. Assim, transeuntes, ou quaisquer que estivessem vendo a atividade pela primeira vez, poderiam entender melhor o que estava acontecendo. A principal vantagem de se utilizar a linguagem gestual é permitir a expressão dos que estão a ouvir, sem que fosse preciso atravessar a fala de quem, momentaneamente, estava com a voz. E isso, possivelmente, tornaria as reuniões mais fluidas e democráticas.

Esse sistema de gestos, porém, na maioria das vezes, era utilizado de forma desordenada. Alguns manifestantes, por exemplo, solicitavam a fala para um acréscimo pontual e acabavam fugindo completamente ao assunto em discussão. E isso fazia com que outras pessoas inscritas para terem suas falas durante o debate acabassem perdendo a vez, além de gerar uma grande dificuldade em se manter o eixo temático das discussões.

4.2.4. Na rede

Assim como as diversas movimentações mais recentes, o Ocupa Rio contava com uma série de ferramentas que permitia que os manifestantes se informassem e se comunicassem pela rede. No site do movimento, se publicavam os calendários de atividades, imagens e vídeos sobre a ocupação, relatos dos manifestantes, uma seção para “achados e perdidos” no acampamento e também uma cartilha, preparada pelo GT jurídico, com informações sobre o direito à livre manifestação e instruções sobre como proceder diante de uma abordagem policial.

Havia também um fórum do movimento, onde se tinham tópicos para se acompanhar e participar das discussões dos diversos GT´s. Essas discussões também aconteciam por uma lista de e-mails no *google groups* e a manutenção desses espaços era de responsabilidade, sobretudo, do GT comunicação. As principais ferramentas utilizadas eram as redes sociais. *O youtube*, onde se postavam diversos vídeos sobre a Ocupação; *flickr* para que se publicassem fotos; e, principalmente, o *twitter* e *facebook*, por onde se fazia saber a maior parte dos acontecimentos relativos ao Ocupa Rio.

4.3. Os dias no Ocupa Rio

Nos primeiros quinze dias de "protesto permanente", o Ocupa Rio reuniu, em várias ocasiões, centenas de pessoas na Praça da Cinelândia. Havia muitas atividades, e, na maioria delas, um bom número de pessoas. Em meio à exibição de filmes, oficinas, rodas de música e manifestações, os debates eram os mais freqüentes.

Havia debates teóricos, onde se propunha a prévia leitura de determinados textos que, de alguma maneira, trouxessem aspectos pertinentes à manifestação. Dentre eles, por exemplo, um trecho de um dos livros de Antonio Negri e Michael Hardt, a tratar sobre o processo de formação das "multidões" e as novas possibilidades de ação social.

Os debates também serviam como espaços para a aproximação e troca com outras movimentações sociais. Por exemplo, Maria de Lourdes dos Santos, militante do movimento unificado dos camelôs, fez parte de um debate no dia 28 de Outubro. À ocasião, Maria dos Camelôs – como assim é conhecida - expôs algumas das maiores dificuldades e injustiças enfrentadas pela classe, algumas de suas experiências como militante, as demandas do movimento, e propôs, também, que se pensassem formas de iniciativas conjuntas com o Ocupa Rio. A narrativa de sua trajetória militante, certamente, trouxe inspiração e conhecimento à acampada.

No dia 7 de novembro, compareceram ao Ocupa Rio o pneumologista Hermano de Castro, pesquisador da Fiocruz; a bióloga Mônica Lima, pesquisadora da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ; e o ambientalista Sérgio Ricardo, ativista reconhecido por sua militância. Juntos, vieram falar das graves polêmicas envolvendo a instalação e o

funcionamento da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), na Baía de Sepetiba, zona Oeste do Rio de Janeiro.

Um empreendimento do grupo alemão Tissenkrupp e da Companhia Vale do Rio Doce, a CSA é o segundo maior complexo siderúrgico da América Latina. Para se ter uma idéia da amplitude do projeto, são cerca de 10 milhões de metros quadrados ocupados pela construção. Estima-se que a atividade da siderúrgica tenha aumentado em 67% a emissão de gases estufa no município do Rio de Janeiro, e 15% em todo estado.

Em amostra da poluição emitida pela CSA, pesquisadores encontraram substâncias tóxicas como silício, enxofre, cálcio, manganês, alumínio, magnésio, estanho, titânio, zinco e cádmio, dentre outras. O nível de ferro detectado na região aumentou em 1000%. Nesse sentido, em relatório produzido pela Fiocruz sobre os impactos socioambientais e de saúde, decorrentes da instalação e da operação da empresa, pesquisadores da fundação assim escrevem: "Diversos estudos epidemiológicos nacionais e internacionais revelaram forte *a*ssociação entre a exposição ambiental por material particulado e os índices de mortalidade infantil, casos de asma, bronquite crônica, infecções do trato respiratório, doenças do coração, derrames e câncer, dentre outras" [10]

Pois a Thyssenkrupp CSA está movendo, atualmente, uma ação contra alguns desses pesquisadores, entre eles Hermano de Castro e Mônica Lima. A companhia alega ter sido vitimizada por danos morais em decorrência de determinados pronunciamentos. Presentes ao Ocupa Rio, esses pesquisadores solicitaram o apoio do movimento à divulgação do episódio.

Quando os debates estavam mais cheios, ou era muito o barulho na praça, os manifestantes recorriam àquilo que se passou a chamar de “megafone humano”. Esse recurso funcionava da seguinte forma: o falante deveria falar suas frases, pausadamente, e todos que as ouvissem deveriam repeti-las, em coro. Poderíamos atribuir ao ‘megafone humano’ dois significados distintos de utilização: um funcional, pois a repetição em coro fazia com que se amplificasse o alcance da fala, além de evitar que esta fosse extensa demais; e um simbólico, que fazia com que todos fossem a “mesma voz”. Esse recurso, porém, engessava as discussões, já que tudo era dito duas vezes.

[10] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/999903-siderurgica-processa-pesquisadores-que-avaliam-impacto-ambiental-no-rio.shtml. Acessado em 3 de novembro de 2011

Nos primeiros dias da Ocupação, chegava a haver três debates paralelamente, e eles ficavam cheios. Muitas pessoas externas à manifestação, que apenas passavam por ali, viriam a participar desses debates e se comentava, entre observadores do protesto, como aquilo era uma forma interessante de se politizar a população ao redor.

As oficinas realizadas na acampada, nesse período, também reuniam um bom número de pessoas. E eram as mais diversas. Foi proposto em uma atividade, por exemplo, que os manifestantes permanecessem por 15 minutos vendados e, auxiliados por outros, andassem pelo acampamento. Assim, reconheceriam a área através de outros sentidos que não a visão. A intenção era que se 'visse as coisas de um outro modo', sem a imposição quase que tirana das imagens. Outra atividade que chamou a atenção, principalmente dos meninos que brincavam ali por perto, foi a oficina de fabricação de pipas. Houve oficinas de ioga, de expressão corporal, de fotografia, de reciclagem, etc. Também se realizaram atividades mais diretamente funcionais à permanência do acampamento.

Nesse sentido, manifestantes com alguma experiência em atos de protesto realizaram, por exemplo, uma oficina de resistência pacífica. Com isso, pretendeu-se transmitir certas práticas a serem cumpridas caso houvesse alguma intervenção de força da polícia ou da guarda municipal. Durante o mês e meio em que se ocupou a Cinelândia, não houve nenhum confronto dessa natureza.

Além de debates e oficinas, uma série de documentários foi exibida durante as noites na ocupação. Os filmes eram projetados em um lençol branco sobre um tapume de obras da prefeitura e, sentados ao chão, os presentes à praça puderam assistir à diversas obras de teor político. Entre os assistidos estavam "Utopia e Barbárie", de Silvio Tendler, e o filme "Atrás da porta" realizado por Vladimir Seixas e 'Chapolim'. [11]

E, tanto quanto as atividades programadas, surgiam, na acampada, atividades espontâneas, que levavam adiante a proposta de uma nova forma de lidar com o espaço

[11] O documentário "Atrás da Porta" mostra algumas experiências de ocupação de espaços abandonados, realizadas por famílias sem-teto no rio de janeiro. O filme apresenta alguns despejos forçados pelo Estado, mas também ocupações que conseguiram resistir às ações de força da polícia.

A produção conta um pouco da história de ocupações como Chiquinha Gonzaga, Flor do Asfalto, Manoel Congo, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Guerreiros do 234, Casarão Azul e Machado de Assis, todas no município.A exibição deste último documentário, em especial, foi interessante por apresentar uma realidade de luta num espaço tão próximo à rotina da maioria dos manifestantes que estavam ali presentes, dentre os quais, muitos, sequer haviam tido notícia sobre esses movimentos.

público. Nas duas primeiras semanas de ocupação, eram constantes as rodas de música entre os manifestantes, que faziam encher a praça.

Porém, se por um lado essas rodas produziam um clima positivo, constituíam-se, também, como aspecto polêmico entre alguns dos acampados. E isso por duas razões fundamentais. A primeira é que, na maioria das vezes, a música acontecia à noite, enquanto alguns dos acampados dormiam, ou assim tentavam. A segunda razão é que o fato de haver música, às vezes até atrapalhando o desenvolvimento dos debates, poderia transparecer se tratar mais de uma espécie de 'festa' do que de uma forma legítima de manifestação política. No início da acampada, por exemplo, havia um equipamento de som ligado toda à noite. Fora decidido, em um momento posterior, que não se fizesse mais o seu uso, assim como se evitasse o consumo de álcool no acampamento.

O Ocupa Rio se denominou como um 'protesto permanente', e se propunha, naturalmente, a protestar. Porém, a falta de uma causa pontual compartilhada, assim como a falta de organização enquanto unidade foram obstáculos quando se pretendeu, efetivamente, sair em protesto. Na primeira semana de novembro, por exemplo, houve uma assembléia na acampada cujo tema era 'Qual é a nossa bandeira? [12]

Nesse sentido, parece haver um movimento inverso à maior parte das ações de protesto, que, antes de se verem organizadas, fazem compartilhar de uma causa imediata que as justifique. Os manifestantes do Ocupa Rio, por sua vez, primeiro se organizaram, para que, em um momento posterior, tentassem decidir por objetos de protesto. O que, como veremos adiante, não é necessariamente negativo, mas dificulta, e muito, que se consiga uma unidade de ação. Assim, surgem críticas como a que vê em um portal

[12] Na ata desta reunião constam as seguintes bandeiras, obtidas por consenso pelo grupo: Solidariedade e empatia para com a população em situação de rua; Não à ganância e ao consumo desmedido; Por uma Educação Popular; Por uma democracia direta;Redução da jornada de trabalho; Emancipar a sociedade da tirania do tempo; Por um mundo sem o papel do dinheiro; Ipanema não é condomínio e elevador do Cantagalo não é de serviço;Respeito ao uso sagrado da terra pelas populações nativas; Reuse. Reduza. Recicle. Por um meio ambiente saudável para todos; Contra a construção da UHE Belo Monte; Contra o Setor Noroeste e a destruição do Santuário dos Pajés; Por uma democracia horizontal e plural; Participação direta na escolha dos orçamentos públicos, Orçamento participativo e prestação pública de contas, Contra o pagamento da dívida pública.; Em apoio à Santa Cruz, contra a TKCSA; Pela descriminalização do usuário de drogas; Pela legalização das drogas; Ampliação do debate sobre drogas; Fim do voto secreto parlamentar.; Reforma Agrária anti-latifundiária e anti-concentração de terras; transformação dos prédios ociosos (públicos e privados) em habitações sociais; Responsabilização dos banqueiros de crimes contra a humanidade.

eletrônico: “A falta de um projeto crítico coerente, ou mesmo de um engajamento especifico, produziu apenas uma nuvem de insatisfação – como se precisássemos dessas aglomerações urbanas para saber que há algo de muito errado no mundo hoje” [13].

A maior ato do Ocupa Rio aconteceu no dia 10 de novembro, quando de um mega evento realizado pelos governos estadual e municipal, também na Praça da Cinelândia . O evento denominado “Contra a injustiça, em defesa do Rio!” seria um protesto ao avanço da lei que diminuiria o recebimento dos royallities pelo estado. Uma passeata partiria da Candelária até a Cinelândia, onde, em um palco, artistas e políticos fariam seus discursos e um show do Lulu Santos que encerraria o ato. Para se ter uma ideia da proporção do evento, foi decretado, inclusive, ponto facultativo aos servidores públicos a partir das 12 horas daquele dia.

Os manifestantes do Ocupa Rio enxergaram, na ocasião, um bom momento para que a acampada fosse vista como uma movimentação política. E, a partir do entendimento de que a discussão sobre a distribuição dos royallities do petróleo era um jogo cujo resultado só faria interessar aos poderosos, organizaram uma manifestação paralela em que se protestou ante as verdadeiras injustiças sofridas pela população do estado.

Em cerca de 100 vozes, adentraram a área do evento e, através do recurso do “megafone humano”, repetiram várias vezes uma espécie de ‘poema-manifesto’ que fora elaborado no dia anterior. O texto dizia assim:

> Sérgio Cabral/ Nós do povo!/ Cansamos de ouvir!/ E queremos falar!/ Injustiça é:/ 640 para guarda municipal/ 760 para professor/ 960 para bombeiro/ 17000 para o governador/ Injustiça é milícia! / Corrupção na polícia!/ Injustiça é o Rio desigual!/ Onde gente morre em fila de hospital/ Injustiça não é só no petróleo!/ Injustiça está debaixo dos nossos olhos!/ Sérgio Cabral!/ Nós do povo!/ Cansamos de ouvir! E queremos falar!/ Ocupar a praça!/ Ocupar o Rio! / Ocupar o mundo![14]

---

[13] Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/serie-indignados/politica-do-efemero. Acessado em 21 de novembro de 2011

[14] Ouvido em 10 de novembro de 2011

Com isso, conseguiram se fazer ouvir durante o evento, que foi apresentado por celebridades 'globais como Cissa Guimarães, Regina Casé e Xuxa. Os manifestantes também entoaram frases como "O povo não é bobo/ abaixo a Rede Globo" o que fez, particularmente, constranger a estas figuras.

4.4 O 'Outro' de perto

O Ocupa Rio, que teve seu acampamento desmanchado no dia 4 de dezembro, não se constituiu, a priori, como um 'movimento político'. E isso porque, em momento algum, se pôde dizer de um modo de organização nas suas ações e/ou nas suas narrativas que o caracterizariam como tal.

Não se chegou, por exemplo, à formulação de quaisquer propostas conjuntas a serem encaminhadas ao poder público; ou, sendo o poder público tal como se constitui, uma instância inviável à ação política contra hegemônica, também não foi estabelecida nenhuma estratégia de lutas, ou mesmo definidos objetivos comuns a serem disputados fora do espaço político formal. Não se chegou, inclusive, a uma unidade de concordância sobre este aspecto: de ser legítima, ou não, a ação política em diálogo a esses espaços institucionalizados.

Não ter se constituído como um 'movimento' político, entretanto, não fez do Ocupa Rio uma movimentação destituída de teor político. A acampada, por si só, ao se fazer repensar a utilização do espaço público – onde se passou a realizar debates, manifestações de arte, encontros com movimentos sociais, etc. - nos aponta a esse entendimento. Além disso, um aspecto fundamental desenvolvido na ocupação da Cinelândia elevou, em grande medida, a experiência política vivida pelos manifestantes.

Durante o mês e meio em que se deu o "protesto permanente", o acampamento mantido pelo Ocupa Rio foi recebendo, a cada vez, mais moradores de rua que passavam a se misturar entre aqueles que, de início, constituíam a manifestação - ou seja, uma maioria de jovens de classe média. E as primeiras razões para essa aproximação eram claras: a acampada oferecia refeições e, em meio a um 'escudo de classe média', os moradores de rua estariam menos sujeitos à ação violenta de forças públicas. Além disso, os

manifestantes também disponibilizariam algumas barracas para que pudessem permanecer, o que tornava o Ocupa Rio um espaço de grande atração a essa população em situação de rua.

Pois se eram claras e fundamentais as razões pelas quais os moradores de rua se aproximavam da acampada, também o eram os motivos pelos quais os manifestantes, a princípio, incentivavam essa aproximação. Ali, bem de perto, a ilustração da crise por que passa e em que, propriamente, vive o capitalismo: uma crise que, antes de ser financeira, é uma crise moral; que antes de derrubar economias nacionais, permite que indivíduos passem fome; uma crise que é bem mais de perto do que longe. Portanto, a uma manifestação que se proponha legítima no questionamento a esse modelo que, por natureza, é excludente, não cabe reproduzir essa mesma exclusão, devendo, pois, se aproximar do grande oprimido na suposta luta contra aquele que oprime.

Os movimentos de ocupação que, em 2011, se espalharam pelo mundo, se afirmavam como plurais. E talvez, justamente nessa característica, que enxergavam seu grande mérito. Eram, pois, os 99%. Nesse sentido, a aproximação à população de rua por parte dos manifestantes do Ocupa Rio não seria apenas símbolo de um real engajamento, mas também prova de que ali, de fato, se fazia haver pluralidade.

Se, de início, vinham pela oferta de bens de primeira necessidade - alimento, abrigo e segurança - outros fatores, em um momento posterior, também os faziam permanecer ali, na Cinelândia. No Ocupa Rio, a população de rua, assim como todos ou outros, podia assistir aos filmes que eram exibidos, participava das oficinas, das rodas de música, das refeições coletivas e dos debates.

Percebida a realidade da ocupação, inclusive, foram desenvolvidas propostas e atividades diretamente dirigidas aos moradores de rua. Nesse sentido, tiveram destaque as iniciativas do GT educação. Além de terem realizado oficinas de alfabetização, leitura e interpretação de texto, o grupo também se propôs a organizar uma série de visitas aos museus e centros culturais próximos dali.

No dia 13 de novembro, cerca de vinte pessoas, a maioria moradores de rua, visitaram o Centro Cultural da Justiça Federal. A exposição em cartaz intitulava-se “África-Brasil, ancestralidade e expressões contemporâneas”. Foi pedido a todos que vestissem suas melhores roupas, a fim de que nenhum argumento da segurança, nesse sentido, viesse a

impedir a visita. Dali, muitos visitavam um museu pela primeira vez. Em um relato sobre a visita, o estudante Luiz Felipe Silveira, membro do GT educação, assim descreveu a uma das cenas que presenciou:

> um de nós se reclinou para frente até encostar o nariz na escultura. Outro de nós ia recriminá-lo por encostar na imagem, mas ele mesmo se afastou e afirmou só estar cheirando a madeira. De todos nós ali, só ele foi sensível o suficiente para notar o cheiro emanando da madeira. Será que no dia 15 de outubro (quando se planejou a ocupação à Cinelândia) alguém poderia prever que esta pessoa entraria pela primeira vez na sua vida em um museu e se reclinaria diante de uma escultura de José Heitor para sentir seu cheiro? [15]

Talvez nenhuma outra ocupação tenha se aproximado tanto da população de rua quanto o Ocupa Rio. Em visita ao Brasil, o filósofo Antonio Negri esteve no acampamento carioca e, numa entrevista para ao jornal O Globo, assim pontuou:

> Estive também na ocupação aqui do Rio, onde há umas 20 tendas, é bem simpática. Gostei de ver a relação dos jovens com os pobres, que é extremamente importante. A revolução possível está em reconhecer nos pobres o potencial. Não é a riqueza que conta, mas sim a liberação dessa energia que existe entre os pobres. [16]

E parecia mesmo haver essa 'liberação de energia', a qual Negri faz referência. No acampamento, eram comuns os depoimentos emocionados e indignados de moradores de rua e se via como, alguns deles, estavam realmente dispostos a se engajarem em uma luta que fosse política. Porém, se essa relação estabelecida entre manifestantes e população de rua foi o principal mérito político do Ocupa Rio – e talvez até por essa mesma razão - também foi a grande dificuldade com a qual teve de lidar o acampamento.

Prova disso é que, em momento algum, foi conseguido livrar-se por completo da realidade que previa um "nós" e um "eles"; ou seja, por mais que os manifestantes tivessem por objetivo compor uma unidade com a população de rua, esses moradores, de alguma forma, ainda eram os 'outros' que não os próprios. O que não era nenhuma espécie de

[15] Disponível em: http://ocupario.org/author/mariana/. Acessado em 20 de dezembro de 2011

[16] Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/11/12/antonio-negri-discute-protestos-populares-de-eua-europa-mundo-arabe-416165.asp. Acessado em 15 de dezembro de 2011

‘fascismo’ desvelado pelos manifestantes, pois, em tão pouco tempo, era realmente impossível compor unidade entre seres humanos sujeitos a realidades tão distintas. (vale lembrar, inclusive, que também não houve unidade entre os que, a priori, viviam realidades sociais mais próximas).

Uma dificuldade imediata por que passou o acampamento foi não saber como lidar com o consumo e o vício em drogas, ao qual era sujeita boa parte dos moradores de rua. O uso abusivo de álcool e crack, principalmente, vem a causar uma série de transtornos entre aqueles que o fazem, acionando comportamentos violentos que, muitas vezes, tornam-se difíceis de controlar.

Ainda na primeira semana de acampada, por exemplo, um morador de rua tentou atear fogo na barraca em que estava. Os manifestantes que então assumiam o turno de vigia conseguiram conter a chama, que se espalharia com rapidez visto que todas as barracas ao redor eram feitas de nylon, material que se inflama com facilidade.

A dependência de drogas também elevava, em grande medida, a probabilidade de se haverem furtos no local. Houve algumas tentativas neste sentido, contidas, porém, pelo pequeno esquema de segurança organizado no acampamento. Um fato interessante a esse respeito: ao observarem que a presença de alguns moradores de rua no acampamento fazia surgir uma espécie de clima de insegurança entre os acampados, alguns homens foram ao Ocupa Rio para oferecer seus ‘serviços’. Argumentavam que conheciam a área, sabiam daqueles que potencialmente eram perigosos e, em troca de pagamento, ofereciam fazer a vigilância do local. As propostas nesse sentido foram, todas, imediatamente recusadas pelos acampados.

Além disso, um aspecto fundamental que foi percebido pelos manifestantes era que o consumo de drogas na área, assim como a ocorrência de atos de violência, exponencializavam as chances de que houvesse uma intervenção policial de modo a desmanchar a acampada. A grande questão era como agir diante desses fatos. Alguns se inclinavam a acreditar que aqueles que não tivessem uma conduta minimamente adequada deveriam ser expulsos do acampamento, só devendo restar os que se comprometeriam, de fato, com o Ocupa Rio. O principal argumento, nesse sentido, era que não seria justo que a ação de alguns viesse a comprometer todo o movimento.

Em contrapartida, outros afirmavam que, feito isso, estariam repetindo, e da mesma maneira, o processo de exclusão operado pelo regime perverso a que se dispunham a combater. Portanto, deveriam se aproximar a esses indivíduos e, ao invés de excluí-los, que se buscasse por formas de ajudá-los.

Este debate, em dado momento, tornou-se central no interior da acampada. E não se chegou a nenhum consenso. Enquanto alguns acreditavam que a mobilização estava perdendo propósito, que se voltava cada vez mais a si mesma para resolver problemas internos, outros tinham a convicção de que, daquele modo, estavam a discutir organicamente os problemas gerados pelo capitalismo.

4.5. O fim do Ocupa Rio

Após as primeiras semanas de acampamento, o entusiasmo em se permanecer no Ocupa Rio já não era mais o mesmo. Das barracas que ainda ocupavam a Cinelândia, a maior parte delas ficava vazia, servindo apenas para, propriamente, ocupar o espaço. As atividades eram cada vez menos frequentes e reuniam um número muito pequeno de pessoas. Os espaços de assembleia passaram a servir, apenas, para se discutir problemas do acampamento. Esses problemas, por sua vez, passaram a ser cada vez maiores e, quando se os debatia, já não era mais com aquele espírito vivo de quem acredita que virá a solução, mas sim com o desgaste de quem só vê as coisas piorarem e não enxerga a saída.

Alguns aspectos tiveram maior importância nesse processo que levaria ao fim do Ocupa Rio. O primeiro deles é uma natural perda de energia após tantos dias em acampamento: ora sob sol, ora sob chuva; com pouca facilidade em se tomar banho, em se ir ao banheiro e em se realizar as refeições. Muitos dali, enquanto acampados, mantiveram o restante de suas rotinas –escola, trabalho, família, etc. -, e conciliar essas atividades com a manifestação era cada vez mais difícil.

Também a falta de um entendimento claro sobre do que, afinal, se tratava a Ocupação foi um poderoso aspecto desmobilizador. Nesse sentido, uma causa ou uma luta pontual daria maior rigidez ao movimento, que saberia, ao menos, o que esperar como

resultado de suas ações. Do modo como foi desenvolvido - sem objetivos claros - o Ocupa Rio, naturalmente, se pôs sujeito ao desgaste que viria com o tempo.

O aumento da presença de moradores de rua no acampamento - apesar de ter aberto a possibilidade de se politizar a manifestação - também foi um fator decisivo para o esvaziamento do Ocupa Rio. E isso por alguns motivos mais específicos. No princípio, boa parte do volume de pessoas que ocupava a Praça da Cinelândia, durante as atividades do Ocupa Rio, era de transeuntes e de demais indivíduos que não estavam propriamente engajados no movimento. Eram atraídos por aquilo tudo que estava acontecendo e, ali, permaneciam pelo tempo que julgassem. Com a crescente presença da população de rua na praça, essa força atrativa veio a diminuir. Além do próprio tempo, que naturalmente fez diminuir a curiosidade sobre a ocupação.

Por outro lado, com a diminuição das pessoas que, eventualmente, vinham à praça, fez parecer que o Ocupa Rio perdia força. E, assim, muitos daqueles que acampavam também deixaram a Praça da Cinelândia. Ocupa Rio passou a ficar vazio. As atividades praticamente cessaram e as condições de limpeza do local ficaram muito ruins

Na semana que antecedeu ao fim da acampada, alguns manifestantes propuseram que se inaugurasse uma nova fase do movimento que, itinerante, viria a ocupar, por tempo determinado, outras praças pela cidade. Outros manifestantes, porém, questionaram se seria mesmo uma ‘nova fase’ ou se seria uma tentativa de fuga do acampamento da Cinelândia que, a este momento, já era composto por uma maioria de moradores de rua.

No dia 4 de dezembro, numa ação conjunta entre Guarda Municipal e Polícia Militar, o acampamento do Ocupa Rio foi desmanchado. Os ocupantes não reagiram, não houve confronto. Os que não puderam comprovar residência foram levados a um abrigo, localizado em Antares, em Santa Cruz.

5. CONCLUSÃO

A série de processos deflagrada no ano de 2011 apresenta características comuns, revelando uma espécie de tendência aos movimentos sociais que venham a surgir. Uma primeira característica que difere esses 'novos' movimentos dos tradicionais é quanto à sua própria formação.

Nem classe, nem minoria. Os movimentos recentemente deflagrados, sobretudo no ano de 2011, possuem uma complexa formação social a qual Hardt e Negri referem-se como "multidão". Dessa maneira, se constituem sob inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única. Assim, muitas 'causas' são encampadas por esses movimentos, especiamente os *Occupy's*.

Porém, se isso permite a possibilidade de uma formação ampla de corpo de luta, articulando interesses e agendando inúmeros temas de protesto, também faz com que a capacidade reivindicativa desses movimentos se dilua, dificultando que sejam determinados e alcançados seus respectivos objetivos. E, se há diferenças internas, também são notadas variações entre as diferentes expressões desse movimento, que, ainda assim, podem ser aproximados como numa grande 'onda de protestos'.

O corpo de manifestantes que compôs o Ocupa Rio, por exemplo, não foi tão semelhante ao dos movimentos desencadeados na Europa e nos EUA. Diferentemente do caso europeu e norte-americano, a crise financeira de 2008 não resultou, ao Brasil, em bruscos aumentos das taxas de desemprego ou na precarização dos direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Assim, no Ocupa Rio, não houve presença significativa de trabalhadores – tanto empregados em condições precárias como desempregados. Se podemos dizer de dois grupos que formaram a maior parte do corpo da movimentação carioca, foram eles jovens universitários e moradores de rua.

Aos jovens universitários que estiveram presentes na Praça da Cinelândia, não os acomete um maior 'medo' em relação ao futuro profissional do que antes: a crise de 2008, no Brasil, não tornou maiores as chances de um jovem recém-graduado, ao sair da universidade, não encontrar emprego; essas chances permanecem grandes, mas não tão maiores por se tratar de um contexto pós-crise. E quanto aos moradores de rua, não é

propriamente a conjuntura que os coloca à margem no processo sócio econômico; são estruturalmente excluídos, independente de se falarmos em crise financeira ou qualquer coisa que o valha.

Portanto, mesmo que os protestos nos países europeus e EUA se dirijam à estrutura do modelo capitalista – principalmente após o desgaste de mais de trinta anos de políticas neoliberais - a importância de uma conjuntura pós-crise e de crise estendida foi essencial para que se deflagrasse todo o processo. No Brasil, a conjuntura em que vive o país não foi propriamente deflagradora dessas manifestações. A falta de garantia de direitos básicos como saúde pública, educação e previdência não é uma novidade, sendo que nos dias de hoje, inclusive, essa carência não atinge seus níveis mais críticos.

Se não é necessariamente uma conjuntura de crise econômica que une expressões de luta como as ocupações norte-americanas e as que se desenvolveram no Brasil, por exemplo, há, para além de uma crise estrutural inerente ao próprio capitalismo, um fator fundamental que tece certa unidade entre esses movimentos.

Há algum tempo, se tem quase por consenso entre autores de que os antigos quadros de referências que ligavam o indivíduo ao seu mundo social e cultural (a família, o trabalho, a igreja, entre outras) foram diluídos ou mesmo extintos. Assim, com a crise desses quadros tradicionais de referência, tanto o indivíduo como os diferentes grupos passam a se apoiar, cada vez mais, em elementos trazidos pela Mídia – tanto as velhas, como as novas mídias, que são criadas e recriadas a cada dia - para negociar o complexo de forças de suas identidades.

Pois se as mídias de massa tradicionais ocuparam - e ainda ocupam - um papel central nesse processo de negociação identitária - tanto individual como coletiva - a chegada da Internet e a expansão de suas possibilidades de uso vem a alterar profundamente este quadro.

Por mais que a Grande Rede ainda seja, como as mídias tradicionais dentro de uma estrutura capitalista, um espaço sob controle de um grupo mínimo de grandes corporações, ela faz multiplicar as possibilidades de que qualquer indivíduo torne-se potencial emissor de mensagens que, por sua vez, podem ter um amplo alcance, inclusive global. Além disso, a Internet cria uma ilusão de espaço e, junto a essa espécie de espaço, uma noção de pertencimento a ele relacionado.

Esse pertencimento, por sua vez, vem sendo, e em grande medida, a própria idéia de um pertencimento global, no qual não basta apenas que o indivíduo seja exposto às mesmas mensagens a que os demais – como nos meios de massa tradicionais -, mas que participe, também, de processos de produção e emissão. As redes sociais são claras expressões desse processo, e trazem consigo, inclusive, próprias reinterpretrações das noções de comunidade.

Inaugura-se, portanto uma nova espécie de espaço compartilhado; sem espacialidade, porém. E, para se gerar pertencimento a esse novo espaço, assim como nas comunidades reais, é necessário que se compartilhe uma série de práticas, mensagens e narrativas comuns. E essa idéia é fundamental para entendermos essa onda de protestos deflagrada em 2011.

Os movimentos desenvolvidos a partir de setembro deste ano surgem, de fato, a partir de um momento de crise econômica, desencadeador de uma série de prejuízos sociais. Porém, o fato de ter se espalhado veloz, e de tal maneira, é decorrente, sobretudo, de uma necessidade em se cumprir uma espécie de calendário global, para, assim, pertencer. E, mesmo distantes, os diferentes acampamentos partilhavam de certas práticas, certos símbolos, estética, modos de comunicação e certas narrativas sobre si próprios que os faziam se entender por um movimento global, ou seja, eram unidos pela assumpção de um 'devir transformador' dentro desse novo projeto de "cidadania global", possibilitado pelas novas tecnologias.

Foram eleitos, por exemplo, dias em que todos os acampamentos deveriam realizar manifestações. A espécie de slogan que foi criada, que se referia tratar o movimento como sendo os '99%,' também era repetida nas diversas acampadas. Além disso, as ocupações trocavam mensagens entre si, através da rede, e estabeleciam canais comuns, como, por exemplo, o site *Occupy Togheter*. Dentre outras, a própria maneira de se protestar - ocupando praças públicas - foi uma prática compartilhada que fortalecia a idéia de uma identidade que se fazia em referência a esse projeto global.

Um movimento interessante dos Ocuppy foi que, cumprindo essa espécie de chamamento global viabilizado pelas novas mídias, os acampamentos, tiveram se organizar localmente, no espaço real. E as práticas e narrativas que se desenvolveram para a criação e manutenção desse novo espaço compartilhado foram, provavelmente, o principal eixo sobre o qual se desenvolveram esses movimentos.

As causas por que se diziam protestar, por serem muitas e variadas, não constituíram propriamente uma unidade entre os manifestantes. Tomando como exemplo o Ocupa Rio, não se chegou, inclusive, a possibilidade de se organizar qualquer protesto, que não apenas aquele em reação a uma manifestação organizada pelo poder estadual e municipal sobre a distribuição dos royalties de petróleo Como foi dito, foi um ato de reação, que provavelmente aconteceria diante de qualquer manifestação desta natureza, revelando-se, portanto, no sentido de uma crise do modelo de representatividade política à qual se refere Antonio Negri. Tanto por isso, que os manifestantes do Ocupa Rio carregaram uma faixa na qual se havia escrito "Não nos representam" e repetiram a mesma frase durante toda ação.

Se não eram propriamente as 'causas' a razão de unidade entre os manifestantes, esses, pois, compartilhavam uma clara razão: manter a ocupação. E, por mais que pareça incorrer em uma tautologia, é correto afirmar que há teor político no fato da principal 'causa' dessas ocupações terem sido as próprias ocupações.

Ao se criar uma própria divisão do trabalho para a manutenção dos acampamentos, desenvolver próprios espaços decisórios, calendários de atividades durante os dias de acampada, se traz para 'perto' possibilidades de práticas sociais que são detidas pelo poder hegemônico. Forma-se, no interior das acampadas, uma espécie de retomada da experiência comunitária, de espaço realmente compartilhado, com o qual os diferentes sujeitos se identificam e, assim, desenvolvem suas funções como membros que pertencem a um grupo.

E essa idéia de pertencimento é central para se entender os movimentos *Occupy's*. Pertencer é uma postura ativa, que faz com que, o indivíduo que pertença, reconheça-se, pois, também em função de outros indivíduos que compartilham esse pertencimento. Assim, cria-se uma identidade compartilhada, comum, na qual cada indivíduo tem papel ativo na sua construção. Talvez, de forma inconsciente, este tenha sido o principal objetivo alcançado por esses movimentos: experimentar uma identidade compartilhada, em um espaço comum, onde todos os indivíduos são potencialmente sujeitos sociais, criadores e transformadores desse micro espaço e das práticas sociais que o compõe. No Ocupa Rio, em uma das extremidades do acampamento, havia um cartaz onde se via escrito "Laboratório de sociedade", que nos dá uma boa ilustração da idéia defendida neste último parágrafo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Braziliense, 1980

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000

GERERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império.* 2ª ed. São Paulo: Record, 2001

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 10ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.